

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RÔMULO BANDEIRA MOTZ

**DA CRISE À RECUPERAÇÃO:
UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA DE 1989 A 2007.**

Porto Alegre

2014

RÔMULO BANDEIRA MOTZ

**DA CRISE À RECUPERAÇÃO:
UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA DE 1989 A 2007.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Economia como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2014

RÔMULO BANDEIRA MOTZ

**DA CRISE À RECUPERAÇÃO:
UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA DE 1989 A 2007.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de Economia
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Maria Heloisa Lenz
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

AGRADECIMENTOS

O resultado deste trabalho é fruto do auxílio de inúmeras pessoas e instituição aos quais gostaria de emitir meu mais sinceros agradecimentos pelo apoio perante todos os momentos passados ao longo desses quase seis anos e principalmente na elaboração desse projeto.

Primeiramente gostaria de citar aqueles que são meus pilares e meus maiores motivos para sonhar e me dedicar: minha família e minha noiva. Meus pais, Jorge e Lourdes, os aguerridos e tão valorosos aos quais devo tanto, apesar da distância territorial, sempre estiveram juntos a mim através do carinho, amor e ensinamentos que me forneceram durante toda minha vida. Meus grandiosos pais, sou eternamente grato por tudo e tanto, em minhas orações peço aos céus ser pai tão virtuoso como vocês foram.

Ao meu irmão Cleiton por toda a amizade, crença, confiança e admiração recíproca, nos momentos de angustia sempre possuía uma palavra brincalhona para me reerguer e me colocar nas alturas. Gordinho, você felizmente conseguiu assimilar os melhores de nossos pais e hoje é um exemplo de pai dedicado, de caráter e humanidade. Obrigado por habitar Pásargada ao meu lado.

À minha noiva Jéssica, agradeço pelo companheirismo, pela união, pelo entendimento e paciência durante meus ataques de temor e minhas madrugadas em claro. Por tantos e tantos momentos enlouquecedores de bem estar que me proporciona. Definitivamente sou melhor por você existir em minha vida, obrigado por sonhar comigo os maiores e mais valorosos sonhos para um casal.

Um parágrafo especial ao meu irmão (in Memoriam) Rogério, ao qual devo o sonho, foi ele o meu maior incentivador, me fez acreditar ser possível. Um misto de pai, irmão e filho. Minha verdadeira dor incurável, ausência interminável, a ti devo os maiores louros, se tivesse que dedicar a uma única pessoa minha conquista, sem dúvida alguma você seria o escolhido.

Agradeço ainda aos meus sogros, Rogério e Jussara que sempre me apoiaram e vibraram comigo a cada conquista. Ao meu fiel escudeiro Leonardo, pelo companheirismo, amizade e por tantos momentos de apoio e dificuldades que superamos juntos. Obrigado por sua verdadeira amizade, sem dúvida alguma encerramos esse capítulo juntos e a amizade construída carregaremos para toda vida.

Em tempo não posso deixar de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter tido a honra de compor o quadro discente dessa instituição, tendo me oportunizado anos inenarráveis de tantos ensinamentos e crescimento pessoal e profissional. Por fim não

poderia deixar de agradecer aos espetaculares professores por toda a dedicação, orientação e conhecimento transmitidos durante a graduação, em especial ao Professor Marcelo Milan, pela orientação e apoio durante a elaboração desse trabalho e a banca examinadora pelas críticas e sugestões elaboradas. Quaisquer erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos avaliar os condicionantes que levaram a Argentina à crise enfrentada pelo país a partir de 2000, entender quais foram as implicações desta fase de extrema dificuldade vivida pela população e discutir até que ponto pode-se considerar como um período de recuperação com base na doutrina desenvolvimentista os anos em que Néstor Kirchner esteve no poder. Para tanto o trabalho identifica as principais ações e os contextos internos e externos dos governos de Carlos Meném, Fernando de La Rúa, Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner dentro do período de 1989 até 2007. Destaca no governo de Carlos Meném, o regime de conversibilidade e o alinhamento automático às políticas ortodoxas defendidas pelos países desenvolvidos. Durante o conturbado período em que Duhalde esteve no poder o país enfrentou o pior momento da crise e a fase é marcada por manifestações e protestos por parte da população contra o “corralito”. Em seguida, apresenta-se as medidas adotadas pela equipe de Néstor Kirchner que obtiveram significativos resultados no que tange ao crescimento econômico e negociação da dívida externa. Por fim, mostra-se que o país não conseguiu retomar um patamar melhor ou igual a períodos passados.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Argentina. Carlos Meném. Eduardo Duhalde. Néstor Kirchner. Crise Econômica.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo evaluar los condicionantes que llevaron a Argentina a la crisis enfrentada por el país desde el 2000, entender cuales fueron las implicaciones desta fase de extrema dificultad vivida por la población y discutir hasta que punto puede considerarse como um período de recuperación con base en la doctrina desarrollista los años en que Néstor Kirchner estuvo en el poder. Para tanto el trabajo identifica las principales acciones y los otros contextos internos y externos de los gobiernos de Carlos Menem, Fernando de La Rúa, Eduardo Duhalde y Néstor Kirchner dentro del período de 1989 hasta 2007. Destaca en el gobierno de Carlos Menem, el régimen de conversibilidad y el alineamiento automático de las políticas ortodoxas defendidas por los países desarrollados. Durante el turbulento período en que Duhalde estuvo en el poder el país enfrento el peor momento de la crisis y la fase es marcada por manifestaciones y protestos por parte de la población contra el corralito. En seguida, presenta las medidas adoptadas por el quadro de Néstor Kirchner que obtuvieron significativos resultados en lo que se refiere al crecimiento económico y a la negociación de la deuda externa, Por fin, muestra que el país no pudo retomar um patamar mejor o igual a períodos pasados.

Palabra clave: Economía argentina. Carlos Menem. Eduardo Duhalde. Néstor Kirchner. Crisis económica.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	8
2 - GOVERNO MENEM: UMA DÉCADA NO PODER (1989 – 1999)	11
3- GOVERNO DUHALDE: AUGE DA CRISE E INÍCIO DA MUDANÇA (2002 – 2003)	24
4 - GOVERNO NÉSTOR KIRCHNER: A RECUPERAÇÃO? (2003 – 2007)	39
5 - CONCLUSÃO	56
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

A Argentina, ao longo dos anos 1990 e no início de 2000, passou por momentos de extrema dificuldade econômica e social. Os condicionantes estruturais, o cenário internacional, as políticas macroeconômicas, refletidos em índices como: Crescimento do PIB, PIB Per capita, Coeficiente de Gini e saldo em transações correntes, durante o período supracitado, são relevantes para compreensão das causas e eventos que antecederam a Crise de 2001, a qual assolou a Argentina e fez o país mergulhar em uma profunda recessão, remetendo a nação também a um momento de extrema desigualdade.

A questão central deste trabalho diz respeito às causas geradoras da instabilidade macroeconômica na Argentina e seus condicionantes políticos e externos. A hipótese levantada como origem dos problemas enfrentados no país vizinho responsabilizam as ações praticadas pelo presidente Carlos Meném, a partir de 1989, com relação ao alinhamento das políticas argentinas com os interesses comerciais dos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos.

Outra hipótese levantada como fundamental para o declínio apresentado pela economia Argentina no período diz respeito à adoção do plano de conversibilidade, a partir de 1992, o qual trouxe uma grande dependência da economia ao capital especulativo externo. Transformando a economia do país sul-americano refém aos planos traçados pelas grandes potências no que tange à exploração do comércio local latino com base nas relações internacionais e acordos multilaterais efetivados.

A relevância do tema proposto está no fato de o país vizinho ser uma potência latino-americana, possuindo estreita relação comercial com o Brasil e forte influência junto aos demais países latinos. Por tais motivos é importante um estudo dos aspectos econômicos que norteiam as políticas internas e externas do referido país. Além do mais, muitos dos aspectos e fatores geradores da crise nesse país estão intrinsecamente relacionados à dinâmica econômica brasileira.

O objetivo geral desse trabalho consiste no estudo da crise argentina de 2001, na tentativa de indicar as possíveis causas que levaram o país a essa situação e, com base nas políticas macroeconômicas adotadas pelo governo de Néstor Kirchner, os resultados obtidos depois das mudanças realizadas. Outro objetivo foi a abordagem de questões históricas que influenciaram os governos anteriores a adotarem políticas questionáveis voltadas ao Neoliberalismo com foco nas ações praticadas nos anos 90.

A metodologia empregada no trabalho consiste em uma abordagem quantitativa dos acontecimentos históricos e por meio de indicadores sociais e econômicos.

Analisa-se em ordem cronológica os fatos, os antecedentes da crise e as ações tomadas pelos governos ao decorrer do tempo que levaram a economia à condição caótica que teve seu ápice em 2001. A expectativa foi de analisar os fatores causadores da crise, os momentos que se sucederam à contração econômica e de que forma o Governo de Néstor Kirchner foi preponderante para recuperação do país.

Para tanto, esse trabalho está distribuído em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo consta uma contextualização da década em que Carlos Menem era o Presidente da República. O governante optou por um modelo baseado na liberalização comercial, tida como única alternativa viável pelos líderes comerciais aos países em desenvolvimento. Foi adotado no país um modelo de equiparação do peso argentino ao dólar americano, conhecido como regime de conversibilidade (Plano Cavallo), instaurado com o objetivo de equacionar o grave problema de hiperinflação persistente no país desde os anos 80.

Além do neoliberalismo adotado pelos líderes políticos, a de se destacar o abandono das doutrinas Cepalinas, principalmente as que se referem ao intervencionismo do Estado, as quais eram tidas durante esse período como uma das principais causas do baixo dinamismo da economia. A doutrina neoliberal estava relacionada, também, ao aspecto histórico intrínseco na sociedade, referente ao período de grande crescimento econômico e desenvolvimento argentino, conhecido como a Belle Époque¹.

Além dessas problemáticas já elencadas, ainda havia o elevado déficit público e o crescimento da massa de desempregados; o objetivo deste capítulo foi associar as políticas de extrema interação com os interesses das grandes potências como uma das condições necessárias para o advento da crise; pois por meio das ações de dependência do capital externo, cada vez mais fragilizada e suscetível a choques exógenos a economia argentina se tornou.

Já no segundo capítulo, abordam-se os governos de Fernando De La Rúa e Duhalde, que apesar de terem sido mandatos de curta duração, são de fundamental importância, uma vez que se trata do período de eclosão da crise. O mandato de De La Rúa foi marcado pelo episódio conhecido como Corralito, no qual o governo, visando coibir a fuga de reservas do

¹ Conforme Heloisa Lenz (2003), trata-se do período de intenso crescimento da economia argentina, iniciou-se no final do século XIX e teve seu término por volta dos anos vinte do século de XX.

país, limitou a retirada do capital aplicado nos bancos, essa medida gerou muitas revoltas da população e acarretou na saída prematura do presidente.

No que tange ao Governo Duhalde, além das condições internas desfavoráveis, tal administrador teve como agravantes as dificuldades sucessivas enfrentadas por outras nações – crise mexicana, asiática, russa e brasileira. Diante deste cenário negativo, o objetivo desse capítulo foi de analisar as medidas corretivas iniciadas nesse mandato, com o intuito de equilibrar as condições econômicas e amenizar as consequências que a severa crise já dava mostras ser capaz de gerar ao país.

No terceiro capítulo, constam as peculiaridades praticadas por Néstor Kirchner, a mudança nos rumos das políticas empregadas pelo novo governo e os melhores resultados obtidos na economia a partir de tais mudanças. Além disso, faz-se uma análise conjuntural do momento econômico vivido pela nação Argentina e as dificuldades diplomáticas assumidas pelo mandatário em benefício de políticas internas voltadas ao fortalecimento da indústria nacional. O objetivo desse capítulo é investigar quais foram as ações realizadas pelo novo governo que levaram o país às melhorias sentidas nos índices econômicos e sociais. Não obstante, anseia-se confirmar a viabilidade do crescimento econômico em longo prazo por meio do arranjo econômico baseado em políticas heterodoxas.

2 GOVERNO MENEM: UMA DÉCADA NO PODER (1989 – 1999)

A Argentina durante muito tempo foi diferenciada por analistas políticos dos demais países latino-americanos, face à sua homogeneidade social, equilíbrio na distribuição de renda e condições de vida superiores às dos vizinhos. Historicamente o país desempenhou um papel de destaque no conserto mundial como a economia mais desenvolvida da América Latina, quando da libertação da Argentina do domínio espanhol, sua economia representava de 2% a 3% da economia sul-americana. Em seu centenário, o país correspondia à cerca de 50% do Produto Interno Bruto da região (FRAGA, 2002). Durante esse período o investimento estrangeiro para construção de infraestrutura, juntamente com a supervalorização das commodities, que eram basicamente a pauta exportadora do país, fora imprescindível para a Argentina alcançar o papel de destaque no cenário mundial.

Entretanto, os prognósticos que estimavam a Argentina como detentora do mesmo PIB americano em 1950 não se concretizaram. Tendo sua economia se mantido como agrário-exportadora, uma forte queda nos preços das commodities agrícolas e a alta dos produtos manufaturados acarretaram, gradativamente, na queda das reservas argentinas.

Conforme Bello (2002), enquanto o Brasil passava por um forte processo de industrialização, o país vizinho se manteve firme em suas práticas produtivas o que não possibilitou a substituição de suas importações. Durante os anos em que Perón se manteve no poder, mais especificamente entre 1973 a 1974 no segundo mandato, o País demonstrou fortes sinais de atrofia econômica, com a situação tornando-se ainda mais grave quando do período de ditadura, sucessores a Perón/ Isabelita, de 1976 a 1983.

Mesmo após a redemocratização, muito pouco se fez no que diz respeito à mudança da base econômica. A indústria do país permanecia defasada quanto a práticas, produtividade e diversificação. Quando em 1983, Raúl Alfonsín assumiu o poder, o País se deparava com o grave problema da inflação. Esse mandatário, frustradamente, tentou equacionar essa dificuldade por meio do Plano Austral. Paralelamente, o Brasil estava prestes a implementar o Plano Cruzado com o mesmo intuito de combate a inflação e, conforme futuramente pode ser visto, as investidas de ambos os países fracassaram diante do grave problema (BELLO, 2002).

Com todos esses problemas, em 1989, Carlos Menem assumiu o governo do País com o objetivo fundamental de controlar a hiperinflação herdada dos governos precursores. Durante toda a década de 1990, devido a questionáveis políticas adotadas, a destacar-se a adoção da conversibilidade, o país entrou em uma profunda crise econômica e social. Ao

longo dessa passagem histórica a população sofreu um forte declínio em suas condições sociais, principalmente após o segundo mandato do presidente (1995), crescendo a desigualdade e a pobreza, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1: Taxa de pobreza na Argentina (% da população) - 1990 - 2000

Ano	Taxa
1990	41,4
1991	30,4
1992	24,1
1993	21,8
1994	21,6
1995	27,2
1996	30,0
1997	29,4
1998	29,4
1999	31,5
2000	34,3

Fonte: elaborada pelo autor a partir de Banco Mundial apud Valle-Flor (2005)

O país emergente e visto com bons olhos no cenário político-econômico internacional, perdeu espaço e credibilidade perante os investidores e financiadores estrangeiros, que já não detinham a mesma confiança quanto à rentabilidade de seu capital aplicado no país em crise. Segundo Cunha e Ferrari (2009) crescia durante os anos 1980 a perspectiva de adoção de mecanismos do mercado em detrimento à regulação governamental.

Durante os anos 1990, o mundo passou por profundas mudanças. Com o fim do socialismo, o ideário liberalizante de redução do intervencionismo do Estado e a globalização cada vez mais em voga, um sistema político enraizado nesses pilares transformou-se na única alternativa viável. Desta forma os países emergentes, como a Argentina da época, adotaram medidas para se adequar a essas novas condições econômicas e comerciais. Entendia-se estarem estagnadas as medidas praticadas pelo Governo visando estimular o setor industrial, e esse seguimento deixava de ser visto como motor para desenvolvimento econômico (LOPES, 2013).

Os líderes do país platino detinham algumas particularidades para assumir as novas políticas globais de maneira mais fiel. A primeira condição diz respeito ao período de intenso crescimento obtido pela nação durante o período de 1852 e 1880, fase conhecida como a Belle Époque. Na qual, aliado a um processo de melhoria nas condições de produção, incorporações de novas terras férteis, aprimoramento no transporte do produto primário-exportador e pela

maior integração na economia mundial pelo livre comércio, o País assumiu papel de destaque no arranjo dos mercados internacionais como fornecedor de cereais e carne. Mediante tais condições históricas, a liberalização comercial e alinhamento com as políticas realizadas pelas potências eram vistas com bons olhos e com viés nostálgico, estando fortemente ligada ao progresso (CUNHA; FERRARI, 2006; TINI; PICAZO, 2007).

Outro aspecto que motivou suas lideranças a adotar a doutrina liberalizante consiste na crença dos benefícios trazidos pela relação estreita com os Estados Unidos. Tal pensamento é perfeitamente ilustrado em Cervo (2000). Os vizinhos confiavam que a longo prazo uma relação de atrito dos países em desenvolvimento com as potências mundiais trariam fortes consequências futuras. Uma relação harmoniosa traria benefícios aos países emergentes, com a geração de uma reciprocidade, onde os ganhos econômicos das potências mundiais seriam distribuídos com seus aliados.

Segundo Bernal-Meza (2000), o plano político de Carlos Menem estava baseado em três pilares: Primeiramente, estreitamento das relações com as potências vencedoras da Guerra Fria, em especial com os Estados Unidos. O segundo era a adoção de políticas baseadas na abertura, desregulamentação, privatizações e redução do papel do Estado na economia. E o último a construção de uma nova ordem baseada nos conceitos estipulados pelo Consenso de Washington. Segundo Neutzling Jr. (2008) tal Consenso possuía 10 regras voltadas a redirecionar os gastos públicos em seguimentos que possibilitassem maior retorno econômico e melhor distribuição de renda a citar: educação básica, aprimoramento de infraestrutura, saúde, flutuação cambial, liberalização comercial e ingresso de capital externo na forma de investimento direto.

Ainda sobre esse período controverso no país vizinho é importante destacar como era visto o Mercosul nesse contexto de alinhamento aos projetos norte-americanos. Para o governo vigente na época, o bloco seria apenas um primeiro passo a uma integração maior, sendo forte defensor da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os argentinos acreditavam que com essa posição de alinhamento ao preconizado pelos Estados Unidos, os americanos iriam tê-los como referência na América Latina, facilitando os saltos evolutivos de desenvolvimento e a modernização de seu aparato militar. Buscava ainda apoio no que tange à inserção como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Outras benesses almejadas pelas lideranças argentinas consistiam em privilégios para os produtos exportados pelo país para o ingresso no mercado consumidor americano. (LOPES, 2013)

Sevares (2004, p. 70), relacionando a visão brasileira com a posição dos líderes argentinos, afirmou o seguinte:

Mientras Brasil priorizaba el MERCOSUR y lo consideraba un instrumento de negociación con los Estados Unidos, tanto la Cancillería como el ministerio de Economía de Argentina daban reiteradas muestras, a veces explícitas, de preferir la opción del ALCA.

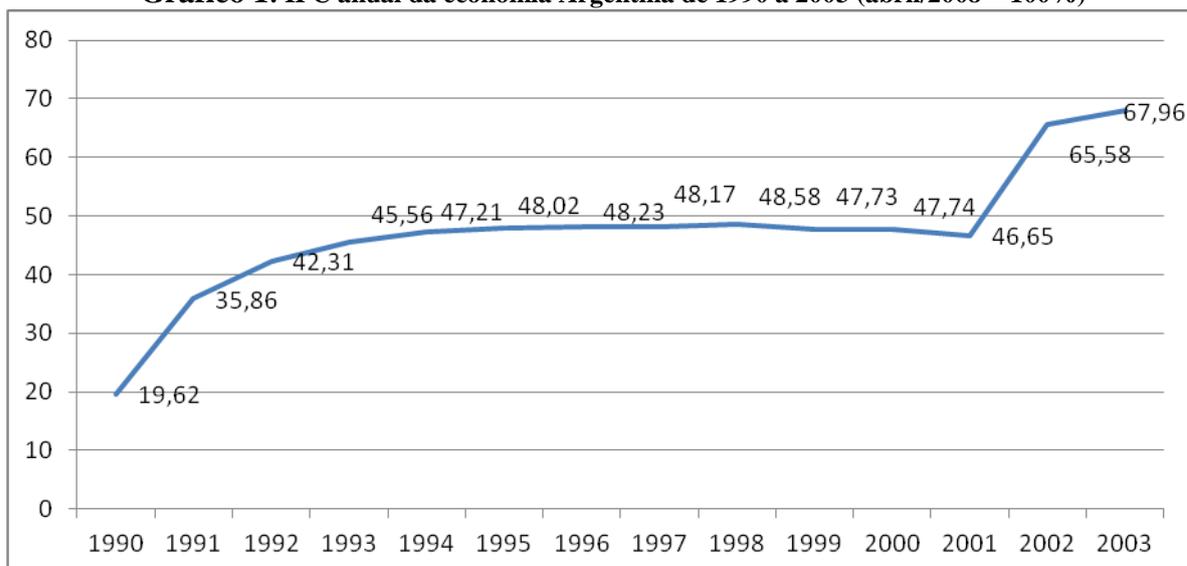
Em suma, a estratégia de Menem e de sua equipe foi formar uma aliança com as potências mundiais, mais especificamente com os Estados Unidos buscando alcançar ganhos econômicos exponenciais e vantagens no conserto internacional por meio da quebra de barreiras. Para tanto, optou-se numa posição secundária voltada a seguir as doutrinas americanas e do comércio exterior (CERVO, 2000).

Com todo o cenário moldado, e seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) o comando político resolveu adotar um ousado plano de conversibilidade, no qual o peso argentino seria atrelado ao dólar americano e seria garantida a paridade da moeda internacional com relação ao peso argentino, com o objetivo primordial de controlar a hiperinflação. As medidas eram alvo de fortes debates acerca dos resultados que seriam alcançados. Conforme Becker (2005, p. 39):

Debido a La sobrevalorización de la moneda nacional se deterioro La balanza comercial. Eso contribuyó a que La cuenta corriente se tornará negativa [...]. Para cubrir el déficit de La cuenta corriente se precisaba importar capital de forma productiva y monetária. La importación de capital produjo a su vez egresos em la cuenta corriente.

O sistema do *currency board* adotado pelo país, em última instância, tinha como objetivo tranquilizar os investidores externos. Aliado ao apelo mundial, políticas liberalizantes foram adotadas e em um primeiro momento o modelo implantado pareceu promissor, haja vista ter controlado a hiperinflação, como pode ser observado no Gráfico 1. Além disso, se alcançou taxas significativas de crescimento econômico conforme exposto na Tabela 2.

Essa melhora momentânea foi vista com grande euforia, já que após o país passar por um período de severas restrições quanto ao crescimento e em suas contas públicas tendo sido obrigado em 1988 a decretar suspensão do pagamento da dívida externa e enfrentado um período em que a hiperinflação anual atingiu um patamar superior a 3000% o país dava mostras que poderia combater esse grave problema (LOPES, 2013).

Gráfico 1: IPC anual da economia Argentina de 1990 a 2003 (abril/2008 = 100%)

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censur (INDEC, 2008)

Com base no gráfico acima, observa-se que efetivamente o modelo de conversibilidade surtiu bons resultados no que tange ao controle da inflação. Pode-se notar que não houve sensível variação dos preços durante a década em que o plano foi empregado.

Tabela 2: Taxa média anual de crescimento do PIB real argentino 1989 a 2002.

Ano	Variación (%) anual do PIB
1989	7,0
1990	1,3
1991	10,5
1992	10,3
1993	6,3
1994	6,3
1995	5,8
1996	2,8
1997	8,1
1998	3,9
1999	-3,4
2000	-0,5
2001	-4,4
2002	-10,9

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censur (INDEC, 2008)

Segundo a Tabela 2, nos primeiros anos do novo modelo empregado o país apresentou ótimos índices de crescimento do Produto Interno Bruto. O modelo teve inicialmente

sustentação, graças à forte injeção de dólares na economia Argentina. Uma vez que, devido à recessão que assolava os mercados mundiais na época, os investidores externos buscaram aportar seu capital em economias que possibilitassem maiores ganhos através de taxas de juros mais atrativas do que as adotadas no mercado em geral. Tal fator de atração era utilizado nas economias em desenvolvimento como Brasil e Argentina.

No país vizinho o influxo de investimentos externos, em grande medida fora responsável por controlar a inflação, que nos anos 80 quase levou o país à ingovernabilidade. O grande fluxo de capital estrangeiro, aliado às condições favoráveis no mercado internacional possibilitou que o governo argentino pudesse não se preocupar com as contas públicas e continuasse gastando de forma crescente, buscando garantir suas posições no mercado financeiro através de emissão de títulos. Tal situação pode ser observada por meio da Tabela 3, onde observa-se em percentual do PIB e Receitas Correntes os gastos com pagamento de juros.

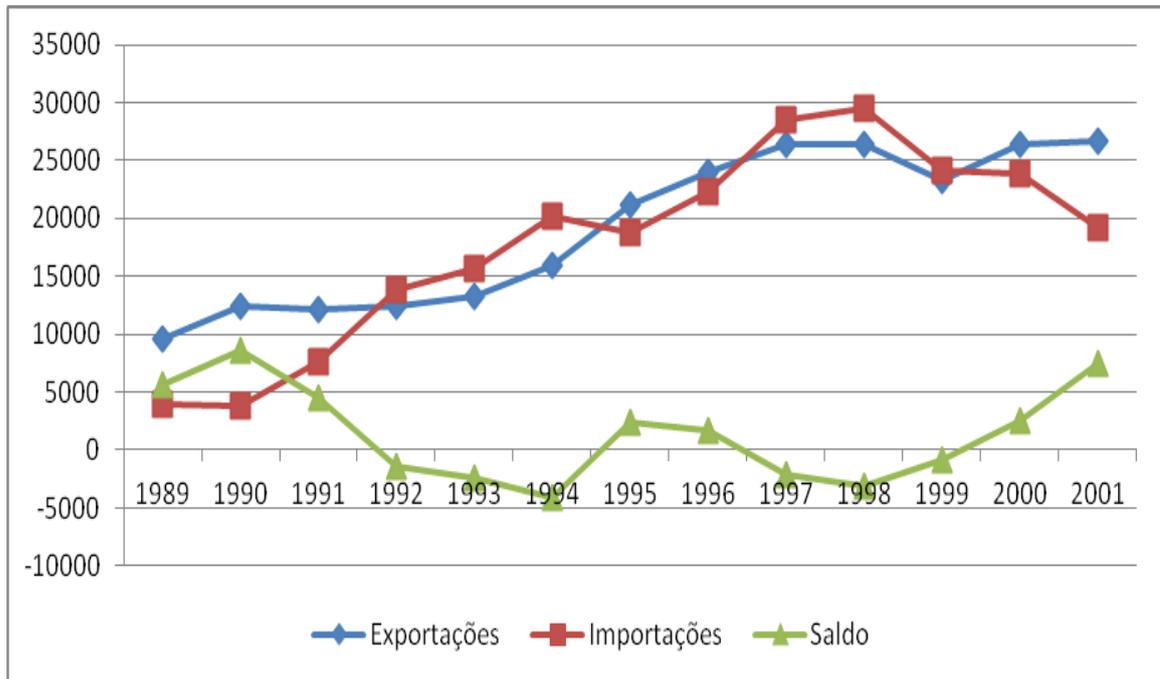
Tabela 3: Pagamento de Juros, Receitas Correntes e PIB a preços correntes

(em%)	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Pagamento Juros/Receitas Correntes	5,8	6,3	8,3	9,8	10,5	11,8	14,8	17,2	19,9
Pagamento Juros/PIB	1,2	1,2	1,6	1,7	2,0	2,2	2,9	3,4	3,8

Fonte: Argentina^a, “Indicadores Económicos” apud Valle-Flor (2005)

A abundância de dólares na economia argentina possibilitava uma razoável oferta de pesos no País. Gradativamente o superávit comercial Argentino foi se exaurindo: em 1990 registrava-se um superávit de US\$ 8,6 bilhões, já no ano seguinte caiu quase que pela metade, atingindo em torno de US\$ 4,5 bilhões. Nos anos subsequentes registraram-se déficits comerciais dado que o crescimento da economia era vigoroso. O saldo positivo da balança deixou de ser uma variável de extrema relevância, à medida que o fluxo de capital estrangeiro permanecesse constante.

Pode ser observado no Gráfico 2, que no início da década dos anos 1990 o saldo comercial foi decaindo enquanto a economia apresentava crescimento do PIB (Tabela 2). Neste contexto outra variável que evidencia o quanto o novo modelo adotado de câmbio fixo fora o agente responsável pela instabilidade econômica é o crescimento das importações ao longo do mandato de Menem. Outro problema diz respeito ao expressivo crescimento da dívida argentina por meio da valorização que o dólar obteve graças ao período de prosperidade da economia Estadunidense.

Gráfico 2: Balança Comercial Argentina de 1989 a 2000 (US\$ milhões)

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censur (INDEC, 2008)

Conforme os dados apresentados, o novo arranjo econômico demonstrou visível resultado quanto ao controle da inflação, conforme já apresentado. Todavia, o modelo demonstrava fragilidades que não possibilitava ser sustentado a longo prazo, principalmente no que se refere à absorção de choques exógenos. Outro agravante às condições vigentes no país deve-se ao fato de o vizinho jamais ter passado por um processo de intensa industrialização que possibilitassem a substituição de sua pauta importadora mesmo em períodos anteriores, seus líderes fracassaram nesse objetivo e o país se manteve estrategicamente tendo como principal produto de sua pauta exportadora produtos agrícola com baixo valor agregado.

O momento de melhoria da economia e combate à inflação foi abalado quando a Crise Mexicana trouxe uma nova recessão ao país, demonstrando a suscetibilidade do modelo a choques externos. Outras crises surgiram e com elas mais nítida tornou-se a vulnerabilidade do sistema implantado no País, haja vista o fluxo de capital aos países emergentes se tornar ainda mais restrito e reduzido. Conforme Tokatlian (2004), o governo percebendo o isolamento internacional a opção encontrada pelo país platino foi incrementar sua relação com o Brasil. No entanto tal possibilidade tornou-se impraticável em 1999, pois o Real passou por uma profunda desvalorização em 1999.

Durante todo o período que conduziu a Argentina a grave crise, claramente observa-se o papel importante desempenhado pelos agentes públicos e privados no advento dos problemas sociais, econômicos e políticos instaurados no país latino-americano. À medida que a crise se desenrolava, maiores eram os incentivos aos atores internos e externos a pressionar o governo a impor à população maiores sacrifícios em termo de ampliação da arrecadação de receita por meio de aumento de impostos e restrições nas despesas públicas. Agentes, como o FMI, BM, Investidores Externos, Grandes Instituições e Grupos Econômicos locais foram atores fundamentais que levaram aquele país à situação descontrolada e insustentável (BELLO, 2002).

Por outro prisma, a falência do País cisplatino e as severas limitações, impostas à população através dos planos econômicos arquitetados pelo governo visando a retomada do crescimento e credibilidade internacional estava intrinsecamente relacionada à adoção de políticas de austeridade. Estabelecendo uma forte relação entre política fiscal, dívida e política de câmbio fixo, baseados principalmente nos ditames pregados pelos órgãos internacionais supracitados, num ajuste estrutural e de estabilização visto, após o aprofundamento da crise, ser insustentável.

Há graves consequências a um país cuja moeda está ancorada e estabelecido em um modelo baseado na dependência monetária, na perda de autonomia e políticas rígidas de combate à inflação. Já que não há sincronia entre os ciclos econômicos interno e externo, os países dependentes ficam expostos a choques exógenos. Desta forma é imprescindível manter certo grau de autonomia nas decisões cambiais e monetárias visando proteger a nação de futuras crises externas. Conforme defendido por Krugman (2001), a rigidez do modelo Argentino impediu ações que em uma conjuntura mais liberal poderia surtir bons resultados quanto ao combate à inflação, como desvalorização da moeda ou redução dos juros.

Para o referido autor, o país vizinho defrontou-se.

(...) com uma sucessão de ondas de austeridade fiscal, com a promessa presente de que a atual rodada de queda nos salários e de aumento de desemprego restauraria a confiança e geraria a recuperação econômica. No entanto, essa austeridade não promoveu a retomada da atividade. Ao contrário, agravou a recessão, recrudescer a tensão social e minou a confiança existente. A solução natural seria retirar a camisa-de-força: permitir a flutuação do peso e fazer o necessário para salvar a economia. (KRUGMAN, 2001, p. 36).

Para a adoção dessas medidas, mesmo com premissas e características parecidas entre as nações, questões macroeconômicas com acentuadas diferenças são prementes, sendo

adequado manter a possibilidade de políticas protecionistas e com grau de liberdade perante as demais nações (BELLO, 2002).

A elevação dos juros também acarreta em ampliação da dívida pública, ocasionando a necessidade de financiamento governamental. A recessão persistente gera um círculo vicioso que acaba em uma grande depressão. Em última instância o modelo adotado, visando gerar credibilidade ao país, acabou por ser um dos fatores que levaram a Argentina à grande crise, com aumento do risco de moratórias e colapsos bancários. Assim, a economia argentina enfrentou severas dificuldades, deixando de ser exemplo aos demais países vizinhos quanto à homogeneidade social, para tornar-se em uma nação com severas dificuldades econômicas e com profunda desigualdade social e concentração de renda (BECKER, 2005).

O grande problema das políticas favoráveis ao investimento direto estrangeiro consistia no fato da ausência de uma atuação do governo no sentido de gerar divisas, desenvolvimento de infraestrutura e bem-estar à população. Não obstante, as condições externas passaram a ser desfavoráveis após a crise do México, segundo Becker (2005), devido à semelhança entre os modelos econômicos. A credibilidade desses mercados foi afetada, acarretando em drástica redução do investimento direto estrangeiro.

A crítica fundamental ao modelo liberalizante adotado pelos governos argentinos durante a década antecessora à crise de 2001 consiste em abandonar o progresso e o desenvolvimento, em detrimento de um projeto voltado à inserção comercial. O exemplo argentino serve perfeitamente para elucidar os custos associados ao abandono da autonomia econômica. No momento da crise, onde uma desvalorização cambial poderia permitir à economia deprimida minimizar a dependência em relação ao capital externo e adotar políticas monetárias e fiscais que estimulassem a demanda interna e ajudassem no reerguimento da economia. (BELLO, 2002)

Com a economia calcada na produção de commodities, o país ficava condicionado a permanecer em uma categoria permanentemente periférica no concerto mundial, inviabilizando a geração de ganhos de produtividade e maior valor agregado ao produto, face às próprias características da pauta exportadora. A dolarização da economia trazia um perigo inerente e bem exposto na argumentação de Neutzling (2008): a política então em curso tornava novamente o país dependente de fatores exógenos muito voláteis e não dependente de condições internas autossustentáveis. Segundo Cunha e Ferrari (2006), o modelo de conversibilidade estimulou o crescimento pautado na expansão do consumo privado, sendo sustentado por meio do endividamento externo, já que a renda não crescia com a mesma velocidade. A manutenção de tal modelo estava baseada na entrada de capitais pela via

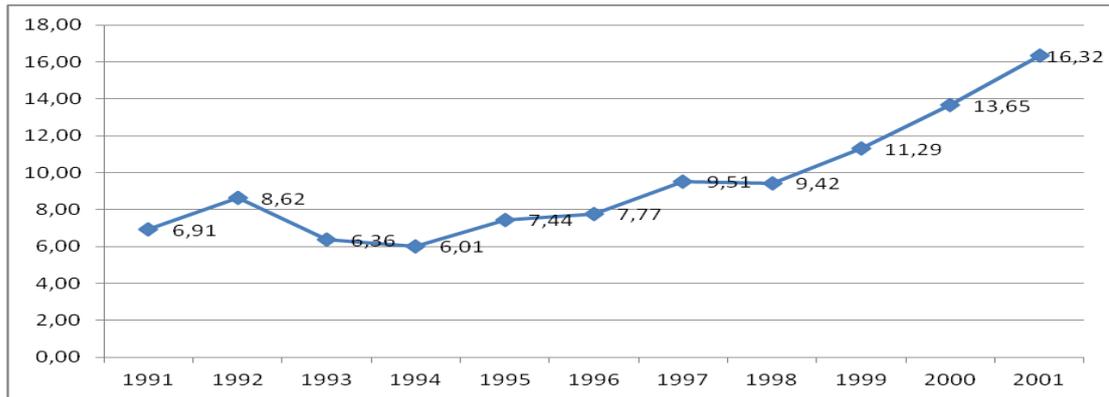
financeira, implicando no endividamento crescente. Conforme Cunha e Ferrari (2006), isso fez com que a conta de juros triplicasse sua participação no total dos gastos públicos, dado que a dívida externa era predominantemente pública, como visto na Tabela 3.

Com a persistência de políticas equivocadas, mesmo com o aumento das taxas de juros, restrições fiscais e acordos com FMI, houve uma maciça fuga de capital estrangeiro, pois com a falta de credibilidade do país os investidores, receosos com a desvalorização cambial cada dia mais inevitável e com o grande risco de sofrer perdas em seu capital, optaram em aportar suas posições de investimento em outros mercados.

Além disso, o cenário externo e de comércio internacional era deveras adverso, com as sucessivas crises externas, como a crise mexicana, asiática, russa e a desvalorização cambial brasileira. Tais condicionantes ilustram a fragilidade do modelo empregado e a falta de estruturação política, inclusive da oposição, para encontrar uma alternativa factível aos problemas de endividamento externo, falta de competitividade da economia, falhas do setor público e atividades baseadas em recursos naturais (CERVO, 2000).

À medida que o endividamento do setor público crescia exponencialmente e o financiamento da dívida tornava-se cada vez mais custosa, a conjuntura econômica e produtiva não possibilitava ao país atingir saldos positivos na balança comercial, não tendo condições de gerar rendimentos para honrar com seus compromissos. A única alternativa viável era obter financiamento externo por meio de empréstimos a juros cada vez mais altos. Além disso, os organismos mundiais, como FMI, quanto maior era a contração da economia argentina, mais reticentes tornaram-se com relação a rolagem da dívida. Todo esse conjunto de situações ilustram quão prejudicial fora a adoção das políticas inflexíveis de câmbio e fiscal, no que diz respeito ao equilíbrio sustentável da economia, permanecendo permanentemente em um posto periférico nas relações internacionais. (CERVO, 2000)

Gráfico 3: Percentual do pagamento dos serviços da dívida pública sobre gasto total do governo de 1991 a 2001



Fonte: Argentina^b (2005)

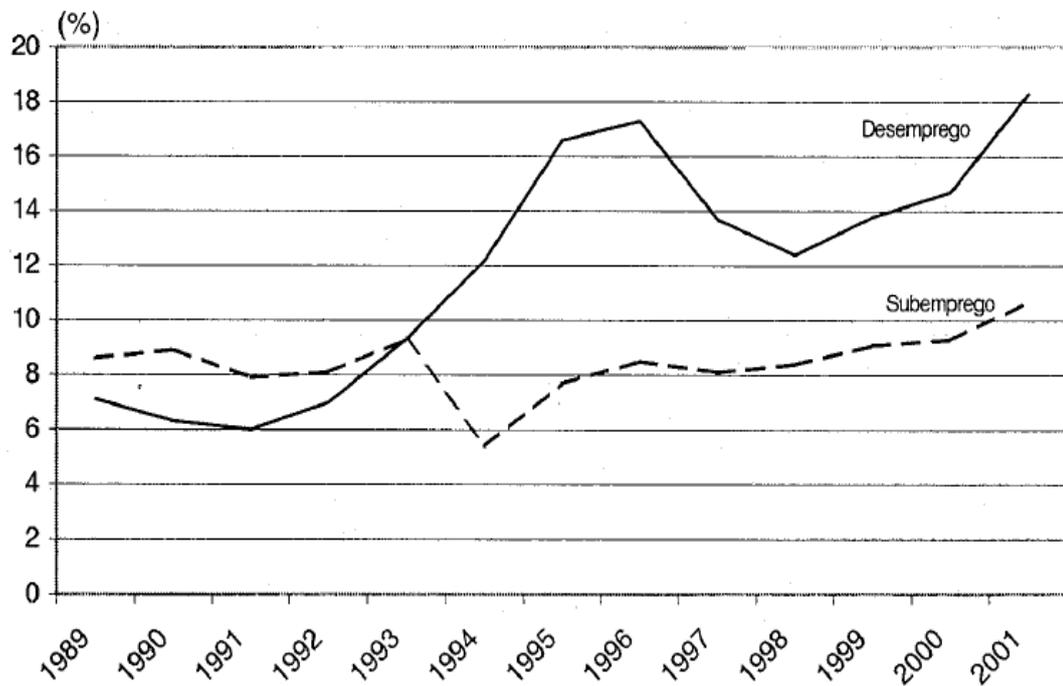
O tamanho da crise enfrentada pela Argentina pode ser comparado a três fases distintas em que o Brasil passou por extrema dificuldade: o recuo da economia brasileira nos anos 80, o confisco dos depósitos em poupança no Governo Collor e a depreciação do Real em 1999.

Tantas dificuldades encaradas pelo País vizinho podem ser relacionadas a alguns erros facilmente enumerados, adotados pela equipe econômica daquele País. Um deles diz respeito a insistir na manutenção de um regime baseado no câmbio fixo. Essa ação acabou com a capacidade exportadora, não possibilitando condições para gerar divisas com seus próprios recursos.

Outro fato prejudicial dentre as ações abordadas é o aspecto defendido por FANELLI (2002); HEYMANN; KOSAKOFF (2000), no que se refere à adoção de uma taxa de câmbio fixa somente quando as dificuldades enfrentadas pela economia forem geradas por choques de demanda monetária. No caso Argentino, onde claramente o problema consistia na contração da atividade econômica, o mais recomendado seria uma taxa de câmbio flutuante. Haja vista que por meio de uma desvalorização do câmbio poderia se incentivar o ingresso de capital estrangeiro e de quebra impediria a fácil saída de divisas, atendendo as questões relacionadas à balança comercial.

Em sequência aos erros já expostos, cabe ressaltar o desprezo com as condições sociais impostas à população. Em detrimento às melhorias sociais, optou-se por políticas baseadas no controle de preços que geravam a recessão e o crescimento do desemprego. A figura 1 mostra o crescimento do desemprego e do subemprego durante o período abordado.

Figura 1: Taxa de desemprego e subemprego na Argentina – 1989 - 01



Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)

Outro aspecto fortemente criticado por especialistas quanto à fase que antecedeu a crise, foi o rumo escolhido pela Argentina com relação aos bancos, os quais foram privatizados, sendo, em sua maioria, adquiridos por organizações estrangeiras, inviabilizando a transmissão de recursos às empresas nacionais de pequeno e médio porte. As instituições financeiras tornaram-se extremamente rígidas na concessão de empréstimos a essas empresas, devido às dificuldades enfrentadas pela economia nacional e pela falta de liquidez do mercado (Steinbruch, 2002).

Por fim, cabe lembrar outro equívoco praticado pelo governo Argentino no que se refere à insistência em manter uma política calcada em juros altos com o enfoque em atrair capital estrangeiro, para que o dólar tivesse a função de controlar os preços. Todavia, tal medida aumentou sobremaneira a dívida pública, conforme mostra a Tabela 4. Haja vista os juros internos serem bem maiores que os praticados no país norte-americano, devido ao risco-país cada vez mais à iminência de um calote por parte dos Argentinos.

Além de todos os fatores e enganos supracitados, outro agravante para a derrocada do país vizinho foi a posição de pouca importância assumida no contexto mundial da economia Argentina.

(...) é um país muito caro de financiar pela baixa relevância estratégica que tem. O total do default russo era um terço do argentino. Mas o país é a segunda potência nuclear mundial e nação-chave para EUA, Europa e Ásia. A dívida externa do Paquistão é um quinto da Argentina, mas o país tem armas nucleares, um conflito com a Índia e papel decisivo por sua fronteira com o Afeganistão. A dívida externa turca é um terço da argentina, mas é um país-chave da Otan.

No caso da América Latina, a crise na Argentina não produziu até agora um efeito de propagação em cascata. (Fraga, 2002, p. A-10).

Tabela 4: Relação dívida externa/ PIB da Argentina, 1989 a 2001

Ano	Índice
1989	44,5
1990	44,0
1991	34,5
1992	29,9
1993	27,3
1994	29,2
1995	38,3
1996	40,9
1997	43,8
1998	47,3
1999	51,3
2000	51,3
2001	53,2

Fonte: World Bank indicators, apud Neutzling (2008)

Ao final de uma década de Carlos Menem no poder, os objetivos primordiais foram atingidos: contenção da hiperinflação e liberalização econômica. Porém, foram atendidas tais metas a um elevado custo. O País chegou a uma dívida externa de quase 150 bilhões de dólares. Deste montante, 60% foi estatizada e os juros dos empréstimos tomados correspondiam a cerca de 40% do total das exportações.

Desta forma, se encerra o mandato de Menem e nas eleições em meio a um cenário de extrema desconfiança externa e clima de incertezas, Fernando de La Rúa saiu vencedor de uma disputa acirrada contra Eduardo Duhalde. Como argumentam Cunha e Ferrari (2006, p. 278), “[...] a partir de 1999, o país mergulhou em uma profunda recessão. Em particular, o ano de 2001 foi marcado por uma crescente perda de confiança na solvência da economia argentina, especialmente do setor financeiro.”.

3 GOVERNO DUHALDE: AUGES DA CRISE E INÍCIO DA MUDANÇA (2002 – 2003)

A sucessão dos acontecimentos abordados no capítulo anterior faz jus a um enredo de uma crise esperada por muitos analistas econômicos, a qual se concretizou em 1999. Os especialistas apontavam deficiências na estrutura econômica argentina, a saber: má qualidade nas políticas econômicas, num cenário de instabilidade internacional e os mecanismos anticíclicos que poderiam ser utilizados pelo governo eram bastante limitados (PEREIRA, 2002).

As condições insustentáveis e os desequilíbrios existentes no modelo praticado pelos argentinos, aliado aos transtornos ocorridos em outras nações – inclusive no Brasil, por meio da desvalorização cambial² – ilustram quão prejudicial o neoliberalismo poderia ser para os países em desenvolvimento, afetando severamente o conjunto econômico, político e fundamentalmente o social.

A tensão instaurada no país vizinho acarretou em dramáticas mudanças estruturais, gerando importantes e profundas alterações no contexto social. O sucesso inicial do plano adotado nos anos 90 no combate à inflação, levou a uma aguda deterioração nas condições de bem-estar social ampliando de forma substancial a desigualdade de renda (BECKER, 2005).

Com a eleição realizada em 1999 e o ingresso de Fernando de La Rúa na presidência, o projeto econômico não sofreu alterações, uma vez que, insistentemente, fora mantido o plano de conversibilidade. Segundo Cunha e Ferrari (2006), a partir de 1999 o país mergulhou em uma profunda recessão. Em particular, o ano de 2001 foi marcado por uma crescente perda de confiança na solvência da economia argentina, especialmente do setor financeiro.

A continuidade da política mantinha o país dependente de fatores exógenos voláteis, sem se preocupar com uma estrutura interna favorável, que possibilitasse a sustentação do sistema, com o incremento do mercado interno e o desenvolvimento de tecnologias. Quanto a esse equívoco, cabe lembrar as recomendações de Maria da Conceição Tavares já no início da década de 1980:

(...) embora as exportações fossem componentes importantes e dinâmicos da formação da renda nacional, sem a qual não se poderia explicar a sua expansão, não lhes cabia a exclusiva responsabilidade pelo crescimento da economia. Na realidade, a essa variável exógena vinha juntar-se uma variável endógena de grande importância, a saber, o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas. A combinação dessas duas variáveis, interna e externa, permitiu que o

² Com a desvalorização do Real ficou difícil para as exportações Argentinas concorrerem com as exportações brasileiras. A situação piorou devido à queda da demanda interna total no Brasil. Nos dois anos seguintes à desvalorização do Real, as exportações Argentinas diminuíram consideravelmente.

aproveitamento das oportunidades do mercado exterior se desse juntamente com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna. Já na América Latina não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da Renda, como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia (TAVARES, 1981, p.30).

O mandato de De La Rúa, além do problema supracitado da dependência, fora marcado por uma expressiva debilidade política, já que sofria com uma oposição que controlava mais de 70% das províncias argentinas. Encontrava-se mergulhado em alguns escândalos de corrupção e suborno, pelos quais o vice-presidente nacional foi obrigado a renunciar. Aliado a essa conjuntura, o próprio presidente não detinha de muito carisma perante a população e demais organizações nacionais (PEREIRA, 2002).

Sem muitas alternativas viáveis e com o agravamento da crise, em março de 2000 o governo argentino firmou um acordo de ajuda financeira com o FMI, com a promessa de efetivar um forte controle fiscal. Os recursos obtidos seriam destinados primordialmente para saldar dívidas contraídas no passado. O FMI se desdobrava para auxiliar por meio de pacotes assistenciais um país que era tido como o grande exemplo por adotar as políticas liberalizantes defendidas pelas lideranças como as melhores para os mercados emergentes (BELLO, 2002).

Apesar de todo o esforço empregado pelo fundo e por todas as ajudas financeiras, o ingresso de capital externo não fora suficiente para controlar o déficit recorrente em conta corrente, o que acarretou na fuga de investidores estrangeiros, agravando ainda mais a situação caótica vigente no País (ARANDA, 2004).

O país possui historicamente uma forte marca de participação popular no enredo social e político. Durante esse período não foi diferente e à medida que se aprofundava a crise econômica e o país beirava a ingovernabilidade, maiores eram as insurreições de estudantes, manifestações, greves e protestos dos trabalhadores em geral, diante da problemática vigente de forte piora nas condições de vida e redução dos postos de trabalho (LOPES, 2013).

Ainda no ano de 2000 o Governo argentino teve que recorrer a um novo auxílio financeiro disponibilizado pelo FMI, o que mostrava claramente a posição favorável da organização internacional com relação às medidas adotadas pelo governo argentino. Todavia, a organização internacional já demonstrava preocupação com a situação em que se encontrava o país latino (BELLO, 2002).

Esse novo respaldo monetário objetivava, mais uma vez, equilibrar as contas públicas. O Fundo, mediante as dificuldades demonstradas pela Argentina, pressionava para que fossem aprofundadas as reformas estruturais, como a desregulação do mercado de trabalho, a reforma

do sistema de segurança social, de saúde e um novo acordo distributivo de impostos com as províncias, as quais já demonstravam insatisfação e se debelavam contra o governo nacional. O ingresso na pauta de negociações destes itens e nas diversas cartas de intenção do governo davam mostras da dificuldade de implementação de muitas das reformas estruturais (STIGLITZ, 2002).

No final de 2000, embora as metas para o orçamento não pudessem ser cumpridas, o Governo de La Rúa possuía novos argumentos para convencer o FMI a aprovar o novo auxílio: o Congresso havia aprovado uma nova reforma trabalhista³, o governo tinha se comprometido a aplicar políticas orçamentárias mais agressivas e haviam sido aprovados cortes nos salários dos funcionários públicos de 13%⁴. Apesar de um novo empréstimo das instituições internacionais de US\$ 40 milhões (IMF, 2001)⁵, a recessão agravou-se, bem como as exigências do FMI de redução do déficit orçamentário (BELLO, 2002).

O ano de 2001 foi marcado pela troca no ministério de economia: saiu o economista Ricardo Murphy e em seu lugar ingressou o polêmico Domingo Cavallo, que fora o grande formulador do Plano implantando de paridade do peso ao dólar. Tal medida demonstrava quão perdidas estavam as lideranças governamentais por recolocar no cenário econômico e político o grande responsável pelo sistema que remeteu o país à situação crítica vigente (BATISTA JR.,2002).

As medidas praticadas por Cavallo levaram a economia argentina a uma situação ainda pior: restrições fiscais, auxílio do FMI, etc. Nenhuma medida fazia com que os investidores externos retomassem a confiança quanto à saúde administrativa do país. Dessa forma, aumentava a fuga de capital e, pela impossibilidade de se manter o modelo, o FMI retirou seu apoio ao programa econômico empregado pelo governo ao longo de toda a década de 90 e que já havia, inúmeras vezes, dado mostras de ser insustentável pelos países emergentes (BELLO, 2002).

Aliado a todo o caos que vigorava, somava-se ainda a total falta de preparo das lideranças tomadoras de decisões e de seus opositores em encontrar alternativas plausíveis e

³ Em 1998 foi aprovada uma reforma laboral. Contudo, essa reforma era o oposto ao espírito do Fundo, possibilitando manobras para negociar reduções nos salários.

⁴ O plano de austeridade, que previa o aumento de impostos e redução nas despesas sociais e dos salários, levou a um protesto de 80.000 pessoas. O movimento foi organizado por grupos sindicais, pela Igreja Católica, por políticos de oposição e até mesmo por parlamentares da aliança de apoio a La Rúa, que mostravam sua indignação com as condições impostas pelo FMI (VALLE-FLOR, 2005)

⁵ O novo empréstimo, chamado de “The Blindaje” foi financiado pelo FMI, IADB, BM e o Governo espanhol. O “Blindaje” era um programa cujo objetivo era baixar “spreads” e estimular o crescimento (VALLE-FLOR,2005)

possíveis de serem implementadas visando a retirada do país da situação em que se encontrava. Desta forma, o Ministro Domingo Cavallo, como primeira ação, optou em reinventar o imposto sobre transações financeiras, adotar uma taxa cambial preferencial às exportações e a ampliação do prazo da dívida interna. Além dessas medidas, o governo pôs em prática o projeto conhecido como déficit zero, no qual o pagamento de salários estava subordinado ao pagamento da dívida, que logo se revelou um fracasso e gerou fortes tensões por parte da população contra o Governo (VALLE-FLOR, 2005).

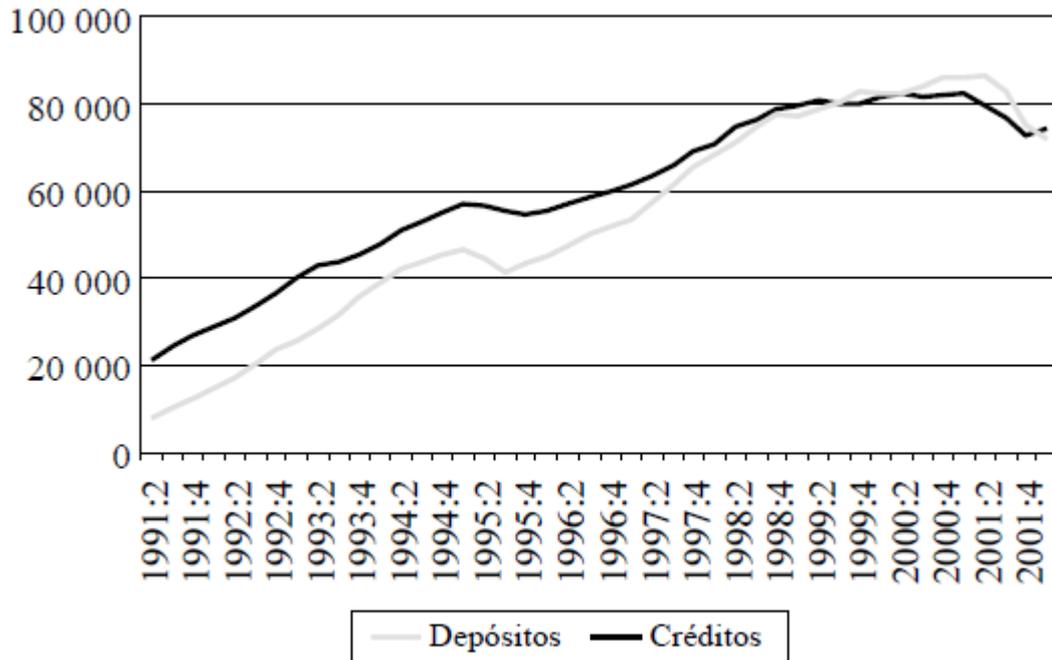
O país, que já vinha “cambaleando” economicamente desde a crise do México em 1994, viu o risco-país aumentar e as incertezas e desconfianças do mercado internacional crescer quando da renúncia do vice-presidente Carlos Álvarez. Das 24 províncias existentes no país, 14 começaram a emitir moedas paralelas ao peso, visando honrar suas dívidas com os funcionários e fornecedores (PALACIOS, 2011).

À medida que aumentou a probabilidade de desvalorização, para obter empréstimos a Argentina tinha que se dispor a pagar juros mais altos para compensar os credores do aumento do risco. Enquanto isso, o aumento dos juros contribuíram para aumentar o risco de inadimplência, o que levou o governo a aumentar ainda mais as taxas de juros, gerando um círculo vicioso (BELLO, 2002).

Embora essa dinâmica tenha piorado a situação financeira dos bancos no início da crise, o sistema bancário poderia ainda contornar tais pressões. Após o “Efeito Tequila”, as reservas bancárias aumentaram substancialmente e foram implementadas normas prudenciais mais rígidas com base nos Acordos de Basileia, o que resultou em uma maior capitalização de bancos (11,5% dos ativos de risco). No entanto, quando há um risco de recessão persistente os contratos financeiros tendem a ser de curto prazo, mesmo que haja razoável qualidade dos ativos bancários com boa liquidez (BELLO, 2002).

Em 2001, à medida que aumentava a incerteza quanto a uma mudança do sistema e a recessão se agravava, poupadores correram aos bancos para sacar seus depósitos. Naquele ano, o total de depósitos no sistema financeiro caiu 16%. Isso levou a crescentes problemas de liquidez, apesar de um alto coeficiente de reservas até então e forte capitalização dos bancos privados no início deste ano. A figura 2 apresenta a evolução dos depósitos e do crédito durante o plano de conversibilidade.

Figura 2 - Evolução dos depósitos e do crédito – 1991 - 01



Fonte: Base de Estadísticas da CEPAL (2003)

Mediante a conjuntura econômica existente na Argentina e cenário mundial desfavorável o pânico instaurou-se na população, gerando uma corrida desenfreada aos bancos fazendo com que as reservas nacionais despencassem vertiginosamente. Estima-se que mais de 22 milhões de dólares foram retirados do país em menos de três meses, devido ao temor dos investidores quanto às condições estabelecidas no país. Outro resultado preocupante do aprofundamento dos desequilíbrios foi a deterioração persistente do orçamento. Em certa medida, este foi um resultado endógeno da queda de receitas do governo, causada pela recessão (CUNHA; FERRARI; 2006).

Em dezembro de 2001, a posição de liquidez de vários bancos tornou-se insustentável, ainda mais com a aceleração de retirada das reservas contidas nas agências bancárias. Na tentativa de arrefecer a crise, o governo decretou o “corralito”, um superconfisco de mais de US\$ 70 bilhões contidos nos bancos, impondo restrições de saques bancários de no máximo 250 pesos-dólares por semana. Apesar desta medida, a liquidez dos bancos foi sofrendo um declínio permanente, já que alguns depositantes encontraram formas legais de vencer a proibição e o “corralito” admitia algumas exceções (VALLE-FLOR, 2005).

Posteriormente, as restrições tornaram-se mais estritas a fim de refrear a liquidez e deter a permanente desvalorização do peso, mas as autoridades só tiveram sucesso parcial nos seus propósitos. Após tal medida imposta à população, novamente manifestações e revoltas populares foram realizadas. Essas rebeliões e a catástrofe social são descritas no trecho abaixo.

Se estima que el año 2001 há cerrado com um desempleo de alrededor de 20%, porcentaje que representa unas 2 millones y 800 mil personas, a las que debe sumarse una cifra similar em condiciones de subempleo. El porcentaje de población bajo la línea de pobreza se ubica en 40%, unas 15 millones de personas sobre una población de poco más de 36 millones. De ellos, alrededor de 2 millones sobreviven en condiciones de indigencia. Los saqueos a supermercados de días atrás son la manifestación de esta catástrofe social. (BUSTOS, 2001, p. 11)

Conforme Neutzling Jr. (2008), o governo argentino, ao confiscar os depósitos bancários, tornou a conversibilidade do peso totalmente impossível. Quando da implantação do Corralito, as reservas cambiais representavam apenas 25% do passivo do sistema monetário. A ação voltada a acalmar o ímpeto de fuga de capitais do País incentivou as manifestações e protestos da população contra o governo. Tais insurreições foram denominadas “panelaços”. No dia 20 de Dezembro de 2001 milhares de argentinos foram às ruas exigir a saída de Fernando De La Rúa do poder, o que acabou se concretizando na mesma data.

Durante vários meses após a aplicação da medida restritiva, os correntistas foram aos bancos requerer a devolução do dinheiro confiscado. Mesmo após o reestabelecimento das divisas aos seus respectivos donos, a população e os investidores jamais retomaram em sua plenitude a confiança nos bancos e no governo. Esse argumento pode ser defendido com base em dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), os quais dão conta que o fenômeno da dolarização da economia argentina acentuou-se após o “corralito”. Quando da medida, aproximadamente US\$ 81 bilhões eram aplicados no exterior por poupadores argentinos, mas transcorrida uma década, os valores longe das ações do governo chegaram a US\$ 150 bilhões.

Para ilustrar ainda com maior nitidez a forte queda nas condições sociais sofrida pela população argentina, na Tabela 5 consta a medida do índice de Gini⁶ para o Brasil e Argentina.

⁶ Tal coeficiente trata-se de um parâmetro utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda entre os países. A medida varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo à zero, mais próximo a uma condição de equidade na distribuição da renda o país estudado encontra-se. Dessa forma, quanto mais próximo a um o dado obtido no índice, maior é a concentração de renda (NEUTZLING JR., 2008).

Tabela 5: Índice de Gini para Brasil e Argentina de 1998 a 2003

Ano	Brasil	Argentina
1998	0,600	0,502
1999	0,598	0,490
2000	0,597	0,510
2001	0,596	0,522
2002	0,590	0,530
2003	0,583	0,537

Fonte: Universidad Nacional de La Plata, apud Neutzling Jr. (2008)

Comparando os dados da tabela acima, se observa, nesse curto espaço de tempo, o quanto as condições entre os dois países, no que diz respeito à distribuição de renda, vem se aproximando. Ou seja, vem melhorando a distribuição de renda no Brasil, e ampliando a concentração de renda na Argentina. Conforme Cunha e Ferrari (2006) os problemas distributivos atingiram principalmente a classe média, que viu sua participação na renda nacional cair até 10%.

Sobre a crise social enfrentada pela Argentina, destacam:

(...) a Argentina transformou-se, em pouco mais de uma década, em uma sociedade marcadamente desigual e com quase metade da população vivendo em condições muito próximas da pobreza ou indigência. Tal fato, que é a regra no continente latino-americano, emerge como uma importante exceção no caso da Argentina, cuja sociedade sempre foi relativamente mais homogênea que a média do continente, e onde problemas como desemprego e pobreza eram absolutamente marginais poucos anos atrás. (Cunha; Ferrari, 2006, p.282)

Durante o período em evidência, o país enfrentou uma grave deterioração dos três pilares fundamentais, sofrendo uma crise política, social e econômica. Ao final do ano de 2001, o Ministro Domingo Cavallo e o presidente Fernando De La Rúa saíram do governo e durante um curto período de conturbações populares e administrativas, o país demonstrou total desequilíbrio estrutural, tendo quatro presidentes em apenas 12 dias. O opositor ao governo De La Rúa, Ramon Puerta, assumiu a presidência, onde permaneceu por pouquíssimos dias. Em seu lugar, assumiu Adolfo Rodríguez Saá, também perdurando no comando do país por poucos dias, tendo como fato a ressaltar quando deste último no comando o não pagamento da dívida aos credores privados (CUNHA; FERRARI, 2006).

Além de arruinado, o país tornava-se o agente de um dos maiores calotes da história econômica mundial. A moratória foi de aproximadamente US\$ 100 bilhões. No decorrer dos

meses a situação era tão extrema, que as lideranças da província de San Luis ventilaram a hipótese de separar-se do país para livrar-se dos problemas que a Argentina estava atrelada. Além disso, alguns empresários japoneses com investimentos no país sul-americano especularam vender a Patagônia com o objetivo de liquidar compromissos perante o mercado externo. Finalmente, Eduardo Duhalde assumiu a presidência da república em 9 de Janeiro de 2002. Tendo sido derrotado nas eleições passadas, assumiu o poder com a difícil tarefa de conduzir o país até as eleições programadas para o ano seguinte de forma equilibrada (PEREIRA, 2002).

No Governo Duhalde, mais voltado a tomar medidas conforme as condições estabelecidas do que propriamente tendo um plano de governo, a conversibilidade foi extinta, a medida política foi apoiada pelo FMI. A ação praticada pelo presidente foi fundamentada essencialmente por conta nas fragilidades existentes pela equiparação cambial ao dólar e pelas consequências trazidas à nação do que efetivamente por uma ideia bem abalizada e consistente que pudesse retirar a economia da deterioração em que se encontrava naquele momento.

O regime que chegara ao seu fim obteve sucesso nos objetivos iniciais estipulados pelos formuladores do plano, principalmente no que diz respeito ao controle da inflação. No entanto, pelas características do projeto, o mesmo ruiu diante das crises sucessivas ocorridas em países ao redor do mundo, que de uma forma ou outra acabaram afetando a credibilidade da economia argentina, tornando evidentes as fragilidades do sistema.

A crise instaurada na Argentina não era a primeira ocorrida no país e tratava-se de um fenômeno recorrente em países periféricos. Com respeito a esse tipo de dinâmica o BM expõe que:

(...) [as] ondas de capitais para os mercados emergentes têm sido, tipicamente, parte de um longo, periódico e rápido processo de expansão da economia global. Elas ocorrem quando uma ampla difusão de mudanças tecnológicas aprimora as comunicações e os transportes, o crescimento é animador, o comércio mundial está em expansão, as inovações financeiras são rápidas, e o clima político lhes dão sustentabilidade. (WORLD BANK, 2000, p.119).

(...) os episódios passados de expansão dos fluxos de capitais para os mercados emergentes terminaram em severas crises internacionais. Hard landings, mais do que soft landings, têm sido a regra (...) Booms nos fluxos privados de capitais têm sido pontuados por frequentes crises bancárias e cambiais nos países receptores, e terminado, usualmente, em severas rupturas econômicas e conflitos políticos. (WORLD BANK, 2000, p. 119).

O cenário vislumbrado não poderia ser pior o país em pouco mais de 10 anos deixou de ser exemplo no que tange à distribuição de renda e por sua homogeneidade social ser diferenciada entre os países latinos, passando a ter resultados bem parecidos ou até piores a inúmeros países da América do Sul. Tendo como exemplo o índice de Gini, o país que em 1990 havia alcançado um

resultado de 0,501 ao final de 2002 obteve um resultado alarmante de crescimento do índice para 0,590. Com base nessa informação se observa quão nevrálgica para o bem estar social da população era a distribuição da renda. Além disso, o alto endividamento governamental era outro fator delicado a ser tratado, haja vista o déficit nas contas do governo. Devido ao crescimento dos juros da dívida contraída ao longo de toda a década dos anos 90, tal aspecto pode ser vislumbrado na Tabela 4 e gráfico 3 no capítulo anterior. Conforme Cunha e Ferrari (2006, p.274): “Ampliou-se, de forma inédita na história argentina recente e em um ritmo talvez sem precedentes no próprio contexto latino-americano, o grau de desigualdade na distribuição de renda”.

A Tabela 6 apresenta com maior minúcia essa afirmação dos autores. Nota-se que antes da implantação do *currency board* (CB), o índice de concentração de renda da Argentina era bem melhor do que o da maioria dos países sul-americanos. Já em 2002, o dado obtido para o país é melhor apenas a medida atribuída ao Brasil, tido há muitos anos como um dos piores países no que tange à distribuição de renda. Com base nesses dados é impossível não relacionar a Argentina Moderna a um país que sofreu uma dramática mudança em seu perfil estrutural.

Tabela 6: Distribuição de renda em países e anos selecionados (% do total)

País	Ano	10 -*	10 +**
Argentina	1980	2,8	30,9
	1990	2,3	34,8
	2002	1,8	40,7
Bolívia	1989	0,7	38,2
	1994	2,0	35,6
	2002	1,7	38,4
Brasil	1990	1,1	41,8
	1996	1,1	44,3
	2001	1,0	45,7
Chile	1990	1,7	39,2
	1998	1,7	39,1
	2000	1,8	39,7
Equador	1990	2,1	30,5
	1997	2,3	31,9
	2002	1,8	34,3
México	1984	3,2	25,8
	1994	2,9	34,3
	2002	3,1	31,2

Fonte: Anuário Estatístico da Cepal (2003).

*10% da população mais pobre do país.

**10% da população mais rica do país.

Além dos preocupantes dados mencionados, alia-se a isso a ruína dos salários: da população empregada, mais de 60% não recebiam o necessário para cobrir os gastos básicos de uma família. Como base de comparação, presumia-se que em 1980, mediante critérios definidos pela CEPAL, apenas 7% das famílias eram tidas como pobres: eram consideradas pobres as famílias que recebessem menos que o dobro do valor da cesta básica de alimentação. Já quando do ápice da crise social e econômica esse percentual chegava a 45%.

Ainda sobre as piores nas condições de vida do povo argentino, após Eduardo Alberto Duhalde decretar o fim do regime de conversibilidade do peso com relação ao dólar, como era de se esperar, a inflação cresceu e os preços voltaram a subir, neste primeiro momento de forma controlada (gráfico 1), por meio da desvalorização cambial. Não obstante, com o elevado crescimento do desemprego (tabela 7), não havia mais pressões para que os salários fossem reajustados. Ademais, com a redução da atividade econômica, a população assalariada sofreu uma sensível perda em seus ganhos (Figura 3).

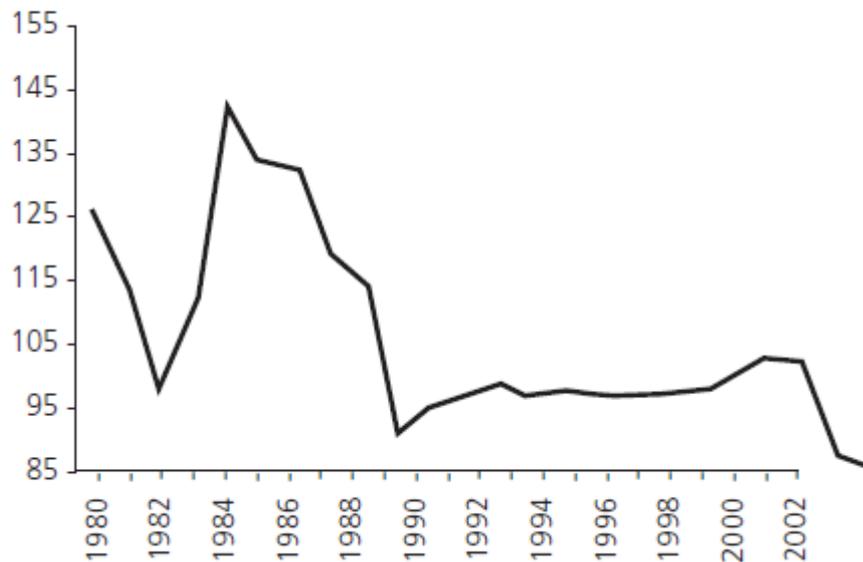
Tabela 7 : Taxa de desemprego nos aglomerados urbanos em % - 1997 - 2002

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Índice	13,7	12,4	13,8	14,7	18,3	17,8

Fonte: Instituto Nacional Del Estadística y Censur (INDEC)

Cunha e Ferrari (2006), trazem dados que refletem muito bem esse quadro de perda de poder de compra da camada assalariada. Dentre o curto período de 2002 a 2004, a inflação acumulada atingiu o alarmante percentual de 50%, em contrapartida os salários nominais cresceram na casa de 30%. Defendem os autores que a partir da crise de 1999 os rendimentos da população alcançaram os níveis mais baixos em um quarto de século.

Figura 3: Rendimento médio real na Argentina – 1980-2003 (1995 = 100)



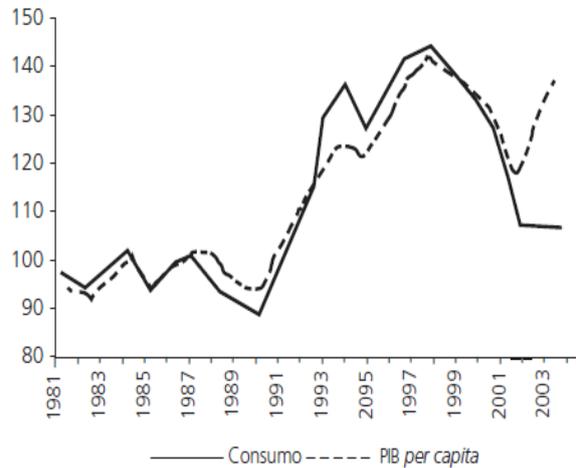
Fonte: Base de Estadísticas e Indicadores Sociales da CEPAL

Além da situação de extrema dificuldade, Eduardo Duhalde ainda precisava encontrar um caminho para sanar os problemas vigentes e imperativos de retomada do crescimento, como a atração do investimento externo e interno, o combate à inflação que voltara a demonstrar vigor e o principal dos temas a ser corrigido, a redução da dívida externa.

Os dados abaixo ilustram o tamanho da crise e desafios a serem enfrentados pelo governo vigente. A dívida estava calculada em torno de US\$ 189 bilhões, a inflação beirando 25% ao ano, a massa de desempregados chegava a 20% da população economicamente ativa e a recessão alcançando um valor que entrara para a história, representando uma das maiores quedas do PIB argentino, 11 pontos percentuais negativos (CUNHA; FERRARI, 2006).

O setor público encontrava-se extremamente endividado, já que durante todo o período de euforia do plano de conversibilidade, o crescimento econômico foi baseado na ampliação do consumo em velocidade maior do que a renda. Essa diferença quanto à velocidade era compensada com o endividamento externo (Figura 4). Os sucessivos déficits em conta corrente serviram para dar sustentação ao plano fadado ao fracasso. À medida que crescia essa prática, maior era o comprometimento dos gastos públicos com o pagamento da dívida externa. Tal conta no balanço de pagamentos atingiu um valor superior a US\$ 6 bilhões entre 1999 e 2003, sendo que em 1990 registrava déficit de US\$ 1 bilhão.

Figura 4: Evolução do PIB per capita e do consumo das famílias na Argentina – 1981 – 2004 (1986 =100)



Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL (2003)

Com o advento da crise entre 1999 e 2002 a arrecadação fiscal sofreu forte perda relativa e para compensar essa queda o governo teve que se endividar. Notadamente o peso do pagamento de juros sobre as despesas do governo cresceu sensivelmente durante o período, passando em oito anos de 7% para 18% no momento da posse de Duhalde. A dívida pública passou a representar cerca de 64% do PIB nesse período, o que anteriormente traduzia-se em 35% do PIB (CUNHA; FERRARI; 2006)

Incerteza e tensão político-social tornaram o ambiente volátil e imprevisível, acarretando em uma contração da atividade econômica de 10,9% em 2002 aumentando a pobreza e gerando queda da qualidade de vida da população.

O pano de fundo das conturbações sociais, econômicas e políticas estavam expostas. Era preponderante o governo tentar equilibrar os balanços e praticar políticas que possibilitassem arrefecer os ânimos dos investidores em fuga do país e estimular a economia (PEREIRA, 2002).

No que diz respeito às políticas externas, tanto De La Rúa, quanto Duhalde, detinham pouca capacidade de articulação e manobra perante as questões internacionais. O governo de De La Rúa foi obrigado a manter um alinhamento às políticas Peronistas praticadas por Meném, devido às condições em que o país se encontrava.

Mesmo havendo interesse do governo De La Rúa em reintegrar-se aos países latino-americanos, foram mantidas as ações políticas relacionadas aos anseios norte-americanos.

Uma vez mais dependente dos auxílios prestados pelo FMI, quanto a investimento de capital e renegociação da dívida, o país se via obrigado a manter uma relação de estreitamento das relações com os Estados Unidos, já que tal integrante do Fundo detinha o maior poder de decisão junto ao conselho dessa organização.

Acerca da relação do país com o Mercosul, durante o período De La Rúa, apesar de sua breve passagem na presidência do país, observasse duas fases. No primeiro momento objetivando aproximar-se dos antigos parceiros comerciais, mas essa relação sofreu um duro golpe em 1999 com a crise financeira brasileira. Para reestruturar as relações, inúmeros acordos econômicos foram firmados a partir de 2000. Além disso, o país objetivou negociar o ingresso à ALCA como um bloco regional em conjunto (CORIGLIANO, 2005).

Todavia, a segunda fase de De La Rúa com relação ao Mercosul foi marcada pelo ingresso de Domingo Cavallo ao Ministério da Economia, o ministro defendia interação bilateral com o país norte-americano, retirando da pauta de negociação a participação do Mercosul nesse aliança. Desta forma, novamente as relações Brasil e demais integrantes com a Argentina ruíram (PEREIRA, 2002).

Duhalde assumiu o poder em 2002 tendo como cortina de fundo as situações caóticas acima citadas. A meta inicial, como já exposto, era conduzir o país de forma equilibrada até as próximas eleições. O intuito do mesmo era aplicar um programa visando à reconstrução da unidade político-institucional, a paz social e a transformação do modelo econômico a fim de privilegiar a produção, o mercado interno e a distribuição de riqueza.

O líder interino tinha como anseio novamente reestabelecer uma linha de comunicação e negócios por meio da retomada do Mercosul. Todavia, esse contato com Brasil, Chile e demais vizinhos estava cerceado devido enorme dívida contraída junto aos parceiros do norte e por seu posto junto a OTAN de aliado extra. Duhalde se viu obrigado a manter uma política ainda muito dependente das relações comerciais com os Estados Unidos (PEREIRA, 2002).

Apesar das dificuldades e restrições impostas, a diplomacia argentina iniciou uma tentativa de tratativas junto aos vizinhos. O Brasil detinha um importante papel para auxiliar a Argentina em retomar um melhor posicionamento junto à comunidade exterior e melhorar sua imagem perante aos órgãos internacionais (VADELL, 2006).

Somente as medidas iniciais do novo governo já davam mostras da mudança estrutural e de rumo na política argentina. Mesmo insipiente, graças às condições estabelecidas no país, ficara nítida a tentativa do país sul-americano em distanciar-se das doutrinas liberalizantes e de alinhamento aos ditames Estadunidenses.

A partir da posse de Duhalde no país vizinho o que se adotou foi uma revisão das doutrinas e linha de ação do Governo Argentino. Abriu-se mão do enquadramento das práticas realizadas pelo país às recomendações das grandes potências mundiais, mais especificamente a relação de extremo alinhamento às ideias norte-americanas e passou-se a cada vez mais tentar a inserção internacional por meio das relações próximas com os vizinhos regionais. Essa nova forma de se portar diante do comércio internacional foi enfatizado e ampliado no governo que tomou posse após as eleições de 2003 (VANDELL, 2006).

Após a depreciação cambial implantada pelo novo governo, a capacidade de pagamento do estado diminuiu substancialmente. No entanto, tratava-se de medida necessária visando à desvinculação ao dólar da moeda nacional e almejando retirar o país da grande recessão. As dívidas externas aumentaram e cresceram a necessidade de renegociar com os credores internacionais, de forma abrangente, as pendências do país perante o mercado externo (CUNHA; FERRARI, 2006).

Ao longo de 2002, o FMI enviou representantes à Argentina objetivando definir políticas estruturais. As propostas da organização estavam focadas em duas linhas:

- a) no que tange ao orçamento, a redução de despesas por parte do Governo e das Províncias⁷.
- b) no nível monetário, o Banco Central Argentino deveria limitar a ampliação do crédito e determinar taxas de juros que possibilitassem aos poupadores/investidores um retorno positivo.

Com a necessidade impositiva de financiamento, as lideranças argentinas aceitaram as exigências do Fundo, apesar das fortes pressões internas contrárias (VANDELL, 2006).

A recessão desse ano – decréscimo de 11% do PIB – representou uma das maiores depressões da história argentina⁸. No entanto, após a redução do PIB, a economia deu sinal de reação. A perspectiva catastrófica terminal para o país foi gradativamente sendo amenizada. A inflação foi mantida a um nível moderado (25,9%). A liquidação das reservas internacionais possibilitaram controlar os efeitos do aumento do montante monetário, relacionada às necessidades de financiamento dos agentes internos e também possibilitaram o represamento dos preços dos serviços públicos privatizados (FERNANDES, 2003).

⁷ Foi estabelecido pelo FMI uma redução de 60% nos gastos das províncias. O Fundo tornou-se mais rigoroso com a Argentina face o país raramente cumpriu com as metas pré-estabelecidas (VALLE-FLOR, 2005)

⁸ A queda de 11% do produto foi também registrada em 1914 e superior à dos anos 1931 e 1932 (VALLE-FLOR, 2005)

No segundo e terceiro trimestres de 2002 o PIB apresentou uma sensível melhora, muito fortemente relacionado à recuperação das exportações, que apresentaram crescimento, como também pela substituição de importações. Outros índices que também apresentavam melhora no 3º trimestre foram o consumo privado e os investimentos.

As contas públicas, devido às contenções nos gastos e pela diminuição do pagamento de juros da dívida também apresentaram sinais animadores (FERNANDES, 2003).

Em inúmeras manifestações, após a divulgação deste quadro de melhora em alguns dos dados econômicos, os tomadores de decisão do País creditavam essa recuperação a “um cuidadoso manejo da política macroeconômica: uma política fiscal prudente e uma política monetária equilibrada que buscou consolidar a incipiente recuperação, sem perder de vista o objetivo social da estabilidade dos preços” (Ministério Economia, 2002, p:6).

Assim o governo supracitado conseguiu levar o país de forma mais equilibrada até as eleições de 2002.

Pertinente a todo o período relatado, Ferrer afirma que:

Na década de 1990, chegou-se à culminação das transformações iniciadas em meados da década de 1970 e que foram deteriorando a economia argentina e seu tecido social e produtivo, subordinando-a a fatores fora de controle e pondo em marcha um processo sem precedentes de estrangeirização e concentração do poder econômico. Uma característica notável do processo foi o predomínio da visão fundamentalista da globalização, o pensamento único, que racionalizou a estratégia responsável pelo distanciamento da Argentina da trilha do desenvolvimento e da inserção viável na ordem global (Ferrer, 2006, p. 265).

4 GOVERNO NÉSTOR KIRCHNER: A recuperação? (2003 – 2007)

Diante tamanhas dificuldades e mudanças, o país precisava enfrentar de forma concreta os problemas gerados em uma década em que o governo se guiou por políticas orientadas pelos norte-americanos. Após esse período de turbulência, Néstor Kirchner assumiu o poder, tendo sido eleito com o menor percentual de aprovação nas eleições. Uma vez que no pleito eleitoral, dentre os candidatos, Menem obteve o maior percentual de votos no primeiro turno. No entanto, em face de enorme rejeição manifestada pela população com relação ao candidato, e consequente derrota iminente no segundo turno, o mesmo resolveu desistir do pleito e Kirchner foi decretado presidente da nação (ETGES, 2009).

O apelo político do então candidato Kirchner estava focado em conquistar a simpatia e intenção de votos das camadas mais pobres da população, defendendo claramente medidas antiliberais. A partir da definição manifestada nas urnas, o povo argentino possibilitou uma quebra nas ações adotadas pelos governantes, uma verdadeira mudança nos rumos políticos, sociais e econômicos da nação.

Em seu discurso de posse, o presidente já demonstrava claramente que não se podia persistir com os equívocos que os políticos antecessores realizaram. Tal linha de pensamento pode ser observada no trecho retirado de sua primeira manifestação ao assumir o poder:

(...) debe quedarnos absolutamente claro que em La República argentina, para poder tener futuro y no repetir nuestro pasado, necesitamos enfrentar com plenitud El desafio del cambio. Por mandato popular, por comprensión histórica y por decisión política, ésta es la oportunidad de la transformación, del cambio cultural y moral que demanda la hora. Cambio es el nombre del futuro⁹.

À medida que seu governo fora sendo montado, mais nitidamente observava-se o distanciamento das políticas neoliberais da década anterior. Em paralelo a isso, no momento da crise, o país havia deixado de lado as políticas externas anteriores, com a grande possibilidade de um iminente calote a credores internacionais. Desta forma, o governo necessitava buscar a reinserção internacional para almejar algum sucesso nas políticas heterodoxas que Néstor tentava implementar (TOKATLIAN, 2004).

Todavia, mesmo buscando distanciamento dos líderes globais, o país encontrava-se em um estado de total dependência do financiamento externo. Desta forma, em setembro de 2003

⁹ Discurso de posse do presidente Néstor Kirchner diante da Assembleia Legislativa Argentina, em 25 de maio de 2003.

o presidente recém-eleito teve de firmar um acordo com o FMI envolvendo um montante de US\$ 12 bilhões. Tal acerto deveu-se principalmente por apoio norte-americano e sua intervenção junto aos demais países que compunham o fundo, uma vez que a organização já não via com bons olhos o país sul-americano com um presidente que pregava a participação do fundo e demais organizações internacionais na evolução da dívida pública (PRESSER, 2005).

Quando da revisão do acordo, no ano seguinte, o fundo identificou a falta de cumprimento de alguns itens dos critérios estipulados na composição do tratado. Desta forma, juntamente ao apoio dos americanos, o FMI resolveu negar alguns dos pedidos feitos pelos negociadores argentinos. Com tal negativa o governo argentino optou encerrar o acordo com a organização, mas continuou pagando fielmente a parcela atinente aos débitos perante o fundo e algumas instituições internacionais, a citar BM e Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) com isso almejava retomar certa credibilidade frente a comunidade internacional. (PRESSER, 2005)

Já no início de seu mandato, o presidente Néstor Kirchner depreciou a taxa de câmbio, auxiliando assim as exportações de seu país. Segundo Neutzling Jr. (2008), a depreciação cambial, contribuiu para o aumento da produção doméstica, reduziu o desemprego e aumentou as reservas cambiais sem depender de privatizações ou de afluxo de capital financeiro externo. Tais ações facilmente geraria um círculo virtuoso, o qual poderia se tornar vicioso, já que a perda de competitividade da indústria e o risco inflacionário ainda eram fatos prováveis a retornar. Ou seja, o modelo adotado pela Argentina tinha suas virtudes e suas restrições, e medidas para coibir o esgotamento do círculo deveriam ser efetivadas.

Além da depreciação cambial, o governo argentino iniciou a renegociação com credores, implantando medidas para reestruturar a dívida pública. Trocou-se mais de cem diferentes tipos de títulos por apenas três. Kirchner, juntamente com seu Ministro da Economia, Roberto Lavagna, obtiveram excepcional êxito na negociação da dívida, estipulando a quitação de 75% da mesma, tendo recebido forte aceitação pela grande maioria dos credores. Sendo que, após a efetivação, observou-se a drástica redução do estoque da dívida, atingindo aproximadamente 76% em pouco mais de 28 meses¹⁰. (PRESSER, 2005)

Registrou-se também crescimento econômico e a liquidez financeira era abundante, o que possibilitava maior margem ao país, enfraquecido economicamente, de negociar suas dívidas junto ao mercado internacional, o que era exatamente o caso argentino e se pode

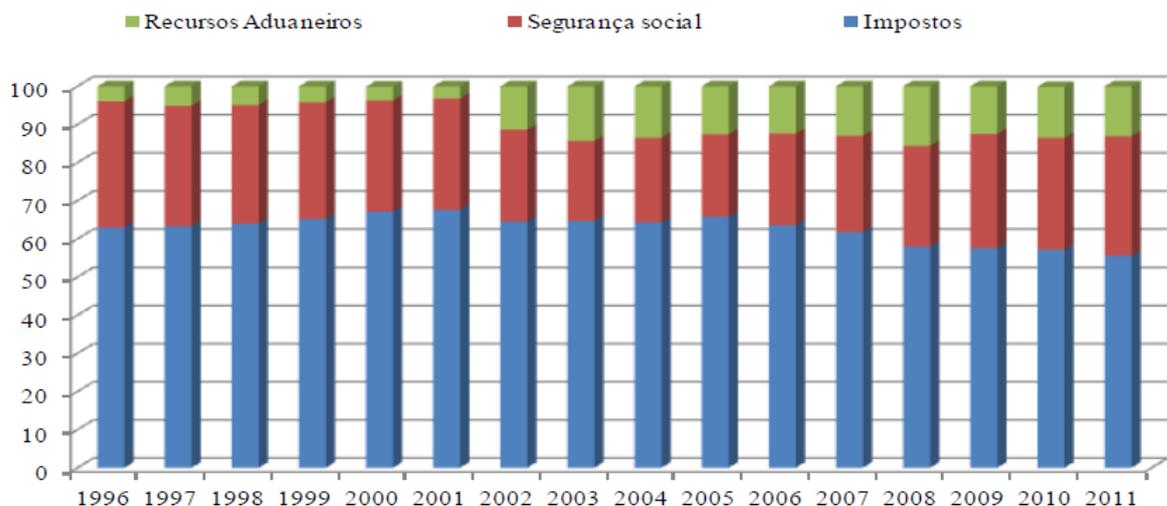
¹⁰ A dívida pública em Dezembro de 2002 era de 148% do PIB e passou a 72% em abril de 2005. (PRESSER, 2005)

observar, muito bem utilizado nas negociações perante aos credores. Os países que tinham suas pautas produtivas em primários e commodities estavam em situação privilegiada, que era o caso da Argentina, a partir de 2000, devido ao aumento da demanda mundial por alimentos os preços dos produtos primários cresceram fortemente. Os quais possuíam grande relevância para o país, correspondiam a 23% do montante exportado, em torno de US\$ 10 bilhões. O investimento era estimulado graças ao maior lucro e às perspectivas de valorização do capital. O investimento e o aumento das despesas públicas alimentavam o crescimento (NEUTZLING JR., 2008).

Um aspecto de extrema relevância para recuperação da economia foi a política de retenção adotada pelo governo, na qual as exportações de produtos agrícolas e hidrocarbonetos sofriam a incidência de impostos, o que possibilitou captar parte da renda desses setores historicamente competitivos, a partir da adoção de uma taxa de câmbio real que pudesse competir com as demais nações (FRENKEL; DAMILL, 2009).

Assim, a política de retenção tornou-se um fundamental elemento dentro das práticas adotadas pelo governo no que tange à arrecadação fiscal. A partir desse momento a arrecadação total do fisco nacional apresentou um significativo incremento, muito fortemente por meio da arrecadação aduaneira, conforme pode ser verificado na figura a seguir.

Figura 5 -Composição da Arrecadação Fiscal – 1996 – 2011 (% da arrecadação total)



Fonte: Administración Federal de Ingresos Públicos – Argentina (2011)

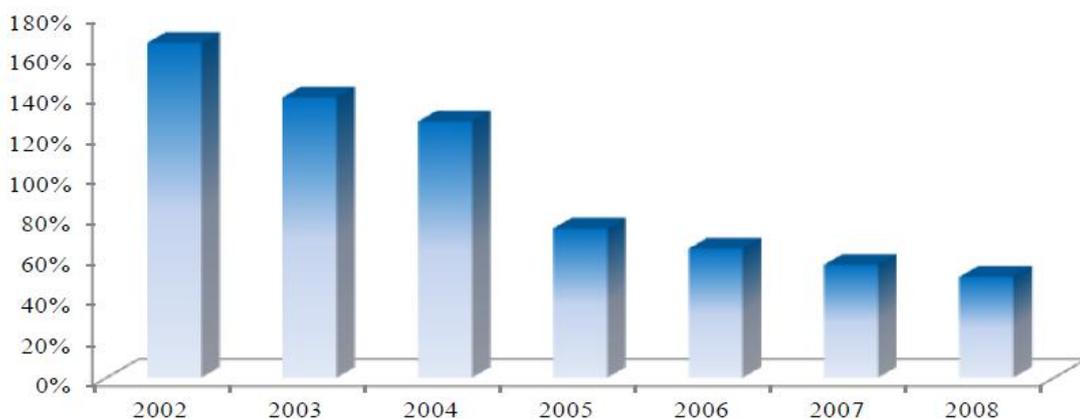
Esse acréscimo na arrecadação por meio da taxação dessas rendas e o boom das commodities durante o período em evidência representaram melhoras nas finanças públicas, gerando as condições necessárias para a redução do peso dos impostos na economia do país vizinho. Outro aspecto muito importante que permitiu a recuperação da economia argentina fora a incansável busca por superávits primários e redução do passivo por conta da redução da taxa de juros (NEUTZLING JR., 2008).

Por meio das medidas adotadas, o governo alcançou uma expressiva redução da dívida pública. Cabe ressaltar que, no período da crise, em 2001, devido à desvalorização cambial, a dívida que estava composta em sua quase totalidade em moeda estrangeira teve um crescimento exponencial em face da deterioração do peso argentino frente à moeda estrangeira, conforme ilustrado na Figura 6 abaixo.

O novo modelo, baseado no câmbio depreciado, estimulado com a valorização das commodities no mercado externo e com o crescimento da economia mundial, proporcionaram bons resultados as exportações. Quanto a essas características, Cunha e Ferrari (2009), expõem:

(...) o quadro externo teria favorecido não apenas a própria reestruturação da dívida, como estaria garantido para a Argentina aquilo que vem sendo apontado como uma combinação inédita nos últimos quarenta anos: forte crescimento da renda, com manutenção de sólidas posições externas e fiscal.

Figura 6: Dívida do Setor público nacional: Argentina, 2002 – 2008 (% do PIB)



Fonte: Argentina^c (2009)

O ministro da economia Roberto Lavagna e sua equipe, na época, defenderam com sucesso a manutenção de uma política de depreciação do câmbio, permitindo que a cotação do peso flutuasse entre 2,90 e 3,00 dólares. Além disso, uma política monetária que manteve os

juros para linhas de crédito em níveis baixos em comparação a história recente do país estimularam o setor exportador, conforme abordado em Cunha e Ferrari (2009).

Tabela 8: Taxa média anual de crescimento do PIB real argentino de 2003 a 2007

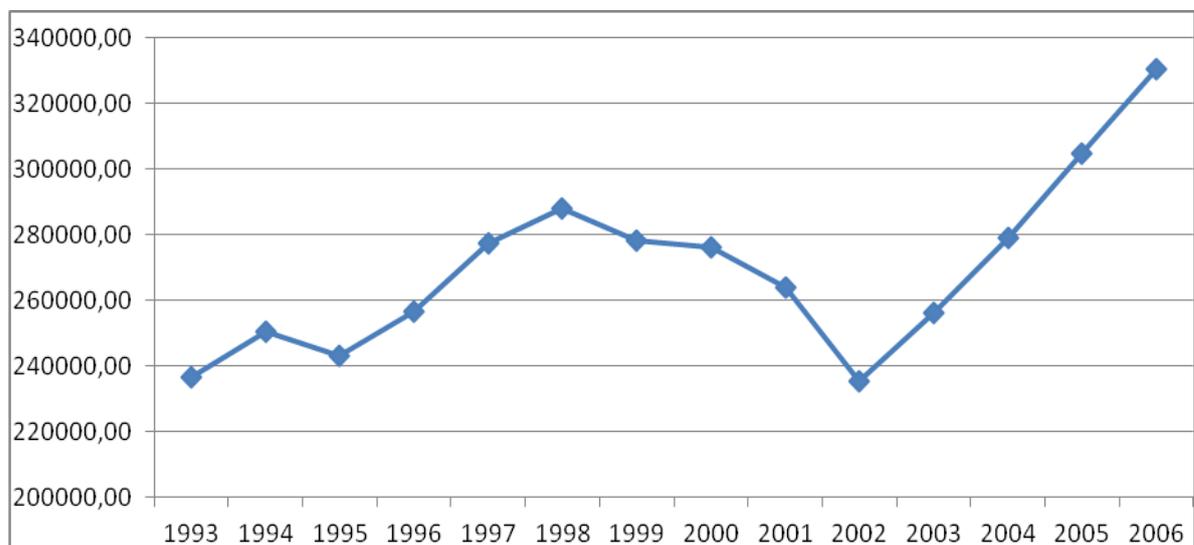
Ano	Varição %
2003	8,8
2004	9,0
2005	9,2
2006	8,5
2007	8,7

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC).

Atinente aos dados constantes na tabela acima e comparando com os dados da Tabela 2, na qual constava a variação nos anos antecessores e onde pôde se constatar que nos últimos anos a variação do PIB era negativa, se observa a expressiva mudança a partir de 2003, havendo uma salutar melhora do indicador, deixando claro quão positiva foram às medidas adotadas pelo novo governo objetivando o crescimento econômico. Há de salientar que é de se esperar uma melhora no produto após um período de severa crise, mas o nível atingido é bem significativo, tendo a variação mantida no patamar de 8 a 9%.

Por meio da tabela abaixo mais claramente se observa o crescimento exponencial obtido pela economia Argentina durante os anos em que Néstor Kirchner esteve à frente do governo.

Gráfico 4: Evolução do PIB a preços constantes de 1993- 2006 (milhões de pesos)



Fonte: Base de Estadísticas e Indicadores Sociales da CEPAL

A redução do desemprego, que atingiu níveis alarmantes no período de 2001/ 2002, também foi alvo de fortes políticas realizadas pelo governo. Esse conjunto de medidas teve como objetivo final fomentar a reindustrialização (CABRAL; BURGINSKI, 2011).

Acerca do desemprego e ao emprego informal, o período de conversibilidade adotado nos anos 90 fez com que inúmeros postos de trabalho fossem perdidos primeiramente pelo fechamento de várias empresas que não conseguiram manter sua atividade no mercado após a paridade entre o peso argentino e o dólar americano. Além disso, muitas empresas, para seguir produzindo e competindo com o produto importado, com entrada, a partir daquele momento, facilitada tiveram que se adequar à nova dinâmica se especializando e modernizando sua produção com o intuito de aumentar a produtividade, o que gerou novas perdas de postos de trabalho. Somadas a essas condições, houve também privatizações de empresas públicas que passaram por reestruturações e enxugamento de seu quadro funcional (CABRAL; BURGINSKI, 2011).

Diante à tais fatores, observou-se durante a década de 1990 um grande crescimento da massa de desempregados. De 1991, o índice de desempregados era de 6% do total de trabalhadores, passou para 18,3% em 2001. Além disso, observou-se um forte crescimento do emprego informal, que atingiu nesse mesmo ano 51%, e redução do emprego industrial com um decréscimo de 17,6%, uma vez que inúmeras empresas fecharam suas atividades (OIT, 2008).

Tais dados mostram quão impactante para o referido índice foi o regime utilizado durante o período anterior ao governo ora apresentado.

Para Pérez e Féliz (2010) a Argentina e demais países sul-americanos enfrentaram fortes impactos devido à reestruturação econômica, gerando uma maior flexibilidade do capital fixo, podendo ser entendido por um aumento da mobilidade do capital fixo através de melhores condições a custos menores. Tal movimento foi possível graças à flexibilidade da produção proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico da informática, que permitiu uma aceleração da circulação de capitais. Além disso, a internacionalização do ciclo final do capital levou à internacionalização do capital variável, ou seja, a força de trabalho. Assim sendo, a força de trabalho e do exército de reserva passou a ter uma dimensão global.

Diante essas novas condições impostas ao mercado de trabalho, todos os países foram impactados pela mobilidade do capital. Acentuando o processo de concentração e centralização, esse fenômeno se consolidou pela segmentação e enfraquecimento das entidades políticas argentinas. (CABRAL; BURGINSKI, 2011)

A partir de 2002, o governo passou a adotar medidas para amenizar os efeitos que a crise gerou para o país. Adotou-se a implantação de uma série de programas e projetos visando a recuperação dos postos de trabalho perdidos na década anterior. Esse período foi conhecido como período de consolidação no qual a massa de desempregados diminuiu drasticamente em menos de cinco anos, sofrendo uma queda de 13%¹¹.

Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a camada social mais beneficiada pela dinamização do mercado de trabalho e pela geração de novos postos criados no Governo Kirchner fora a população mais pobre, que representava 20% da população. Nesse estudo, observou-se também uma queda equilibrada entre aqueles tidos como mais vulneráveis no mercado de trabalho: sem experiência, desempregados por longo período, com nível de escolaridade até o ensino fundamental e os acima de 50 anos de idade (CABRAL; BURGINSKI, 2011).

A taxa de desemprego, que em seu ápice registrou 21,5% em 2002, após a moratória nesse mesmo ano registrou uma queda significativa, chegando a 12% nos primeiros seis meses de 2005. Observando a Tabela 9 abaixo, que abrange a massa desempregada em perímetros urbanos, observa-se a mesma tendência de queda gradual ao longo do governo Kirchner a melhora dessa taxa pode ser explicada pela grande recuperação econômica apresentada pelo país, sendo facilitada pela valorização das commodities nos mercados internacionais.

Katz (2007) faz uma consideração que se refere ao fato de, no momento da crise, haver uma grande oferta de mão de obra, barateando-a, e a massa de desocupados cresceu. Diante desse quadro, a economia argentina necessitou de um pequeno incentivo para voltar a crescer já que as condições de contratação de trabalho estavam favoráveis.

Tabela 9 : Taxa de desemprego nos aglomerados urbanos em % - 2003 – 2007

2003	2004	2005	2006	2007
14,5	12,1	10,1	8,7	7,5

Fonte: Base de Estadísticas e Indicadores Sociales da CEPAL

Contudo, apesar das expressivas melhoras em vários índices econômicos, se observou um crescimento da inflação mas a equipe econômica acreditava que o conjunto de medidas

¹¹ Em Maio de 2002 a taxa de desempregados era de 21,5% e no segundo trimestre de 2007 chegou a 8,5% (CABRAL; BURGINSKI, 2011).

adotadas, como a contenção de gastos e o controle de salários e preços, dando sequência aos ajustes fiscais, aliado a medidas de valorização do câmbio pela inflação passada, poderiam representar uma redução da pressão inflacionária no ano subsequente, sem afetar seriamente o crescimento econômico do país (PRESSER, 2005).

A Argentina, ao adotar políticas pouco convencionais, heterodoxas, visando superar a crise passou a ser considerada um exemplo do “novo-desenvolvimentismo”. Cunha e Ferrari (2009), avaliam ser adequado caracterizar essa passagem histórica Argentina como sendo um “novo-desenvolvimentismo”, esse modelo é conceituado como sendo uma combinação entre políticas macroeconômicas e estratégias de inserção na economia global. Tendo quatro fundamentos básicos:

- a) Estado forte para um mercado forte;
- b) crescimento sustentado apenas com o fortalecimento do estado e do mercado e com políticas macroeconômicas adequadas;
- c) viabilizar os anteriores no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento;
- d) crescimento elevado e sustentado para reduzir a desigualdade social.

Conforme Presser (2005), a melhora nos índices econômicos foi fruto de políticas pouco ortodoxas, tidas até então como única alternativa viável para países emergentes, que era o caso da Argentina da década anterior. Ademais, o governo vigente abriu mão do “realismo periférico” adotado por Menem, no qual o país deveria se conformar com o protagonismo dos Estados Unidos como superpotência e manter uma posição coadjuvante no cenário externo, com uma relação linear às políticas adotadas pelo governo americano tido como “realismo pragmático”, objetivando o apoio social, tão preponderante para o momento de instabilidade enfrentado (CORIGLIANO, 2007).

Esse novo modelo foi implantado como resposta às ações praticadas durante os anos 90, voltadas aos preceitos neoliberais, que tratavam de repudiar a participação do Estado na economia, creditando à forte intervenção estatal muitos dos problemas existentes no mercado. A nova concepção do desenvolvimentismo, baseado na contribuição do estado, corrigiu exageros praticados pela antiga abordagem desenvolvimentista. (LOPES, 2013)

A diferença fundamental dessa corrente revitalizada aborda a intervenção do estado de maneira limitada e com certas restrições, mas permanece com um papel relevante no desenvolvimento da economia, tentando gerar condições favoráveis para incentivar o

investimento privado desta forma, reconhece que o mercado também possui vital importância na dinâmica da economia, mas deve ser regulado visando sua melhor forma de funcionamento. Para Bresser-Pereira (2006), um mercado forte só pode ser alcançado a partir de um estado forte, que atue junto à economia. Ainda, para esse autor a visão de uma indústria infante dependente de uma rígida proteção não tem mais espaço nos dias atuais. O modelo de política industrial protecionista abre espaço para uma dinâmica de estímulo ao setor exportador. Entretanto, esse crescimento baseado nas exportações não pode estar centrado nas exportações de produtos com baixo valor agregado.

Desta forma, era imprescindível que a Argentina focasse em alternativas que possibilitassem uma abertura orientada e planejada para que sua indústria pudesse competir em igualdade com os demais países. Priorizando produtos manufaturados mas, em sua ausência, os primários valorizados no mercado externo.

Ainda sobre a doutrina pregada pelo novo-desenvolvimentismo, em Bresser-Pereira (2006), um governo correto prezaria pelo desenvolvimento econômico com equidade social, distribuição de renda, atento para corrigir as distorções geradas nesse mercado abordado como imperfeito e com inúmeras falhas. Em suma, o modelo de governo que os pesquisadores abordam como sendo o utilizado no governo de Nestor Kirchner tem no papel de um Estado forte e atuante um dos requisitos básicos para atingir o desenvolvimento. Não obstante, o Estado devia adotar políticas macroeconômicas defensivas que viabilizasse o crescimento.

No que diz respeito às medidas defensivas, estas são primordiais para que o país não fique tão a mercê de crises exógenas. Já as políticas de crescimento são de extrema importância para incrementar o emprego, principalmente no momento da recessão. O governo deve aplicar políticas que incentivem os industriais a investir em inovações e tecnologia desta forma haveria uma base industrial forte e produtos com valoração agregada e competitivos diante dos demais concorrentes no mercado externo. Por outro lado, o papel da equipe governante deve ser o de adotar mecanismos que reduzam a vulnerabilidade econômica do país quando da ocorrência de crises externas, evitando assim a fuga de reservas.

Um aspecto muito aplicado durante o governo Kirchner e ligado às características populistas e ao modelo exposto acima consiste na forte distribuição da renda. Tal fato tornou-se evidente ao analisar os dados econômicos do período em que comandou o país. O percentual da renda nacional nas mãos dos 10% mais pobres dobrou, com base em dados de 2003 em comparação aos obtidos em 2010. O Índice de Gini é outro dado que apresenta claramente a redução da desigualdade. O Gini, considerando o conjunto de fontes de renda, passou de 0,525 para 0,439 (INDEC, 2011).

Além do índice de Gini como variável social, observa-se na Tabela 10 abaixo uma expressiva redução do percentual da população em condições de extrema pobreza e/ou indigência. Essa última qualificação diz respeito à população que não consegue obter em sua totalidade os itens básicos para sua alimentação. Com relação ao ano de 2003, não foi possível obter os dados junto à fonte disponível. Mesmo com toda a melhora registrada no período, a desigualdade social se manteve em percentuais elevados: os 10% mais pobres registraram ganhos em torno de 1,4% da renda nacional, enquanto que os 10% mais ricos receberam 32,89% da renda nacional em 2010.

Visando reduzir o desequilíbrio social e auxiliar a parcela da população que foi levada para abaixo da linha de pobreza, parcela essa correspondente a 58% da população, o governo investiu em programas assistencialistas, disponibilizando uma ajuda de custo aos chefes de famílias desempregados. Esse auxílio teve uma abrangência de aproximadamente 1,6 milhões de famílias. As medidas assistencialistas melhoraram as condições de vida nas camadas mais pobres, amenizando o problema dissonante da desigualdade registrada tão impactante naquele período (PRESSER, 2005).

Apesar do gasto gerado com tal medida, o governo conseguiu atingir um significativo superávit fiscal, chegando próximo à meta estabelecida pelo FMI de 4,5% do PIB para 2004/2005. Esse bom desempenho se deu principalmente pelo rígido controle de gastos, contenção de salários e pensões (PRESSER, 2005).

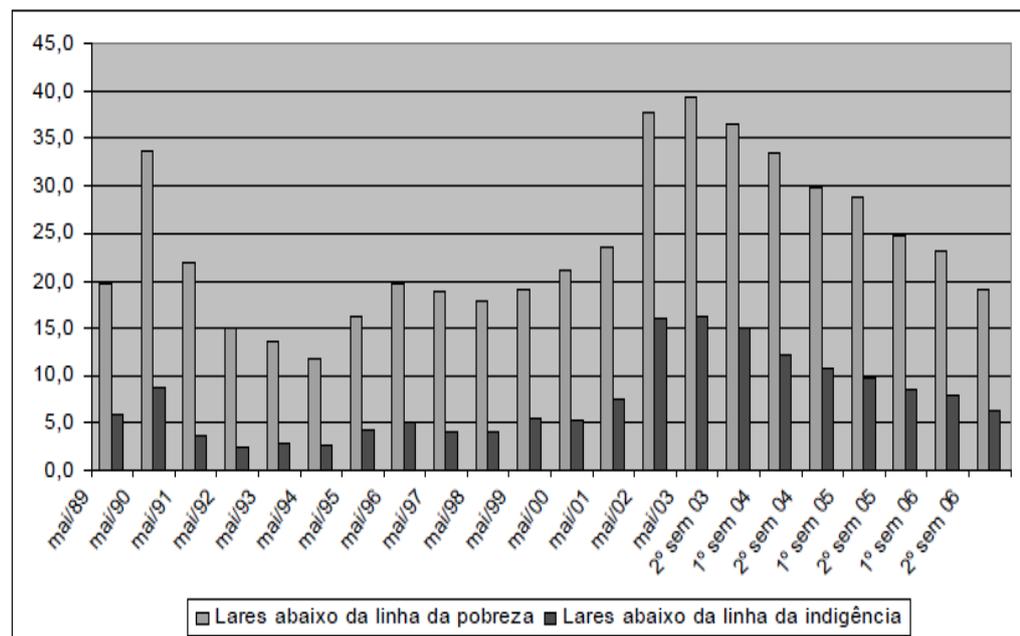
Embora os resultados de inúmeros índices apresentassem melhoras em comparação aos anos anteriores onde se enfrentou grandes dificuldades, um ponto que chama a atenção e serve de alerta quando da análise de recuperação da economia diz respeito ao resultado encontrado tanto em termos da população abaixo da linha de pobreza quanto de indigentes que apresentam uma sensível melhora, mas que ainda sequer chegam ao patamar encontrado dos mesmos índices em épocas passadas. Cabe citar nos primeiros anos em que Menem esteve no poder, o percentual de argentinos abaixo da linha de pobreza representava 21,8% em 1993 e conforme pode ser visto na Tabela 10 o percentual era de 24,8% em 2006. No que tange à indigência em 1989 o índice registrava cerca de 8% da população, já em 2006, mesmo após a forte recuperação econômica e de políticas voltadas às questões sociais, a condição de indigência atinge 9,6% da população.

Tabela 10: População em extrema pobreza\ indigência – 2000 – 2006

Anos	Pobreza	Indigência	Total
2000	25,8	8,4	34,2
2001	30,1	10,9	41
2002	45,4	20,9	66,3
2003	*	*	
2004	34,9	14,9	49,8
2005	30,6	11,9	42,5
2006	24,8	9,6	34,4

Fonte: Base de Estadísticas e Indicadores Sociales da CEPAL

A Figura 7 mostra com maior dimensão desta questão alarmante apontada, onde se apresentam o percentual de lares argentinos abaixo da linha de pobreza e em condições de indigência. Novamente se identifica uma forte recuperação dos índices após 2002. Entretanto, mais claramente se observa que o patamar alcançado, após a melhora econômica, nem de perto se aproxima as condições vigentes em períodos passados, por exemplo 1995.

Figura 7: Lares Argentinos abaixo da linha da pobreza e indigência (1989 a 2006)

Fonte: INDEC (2008)

Com relação ao amparo da população às medidas adotadas pela nova equipe econômica, tinha-se o esboço de um pacto social após as eleições, do governo junto à sindicalistas e industriais, da adoção de regras restritivas quanto a remarcações de preços e

salários, com o objetivo principal de ter mais esse mecanismo para combater a inflação, variável mais preocupante durante o período.

Para Tokatlian (2004) as mudanças mais sensíveis neste período consistem primeiramente na percepção da sociedade e governantes das relações com os líderes internacionais terem sido improdutivas para a nação, face ao momento em que o país mais necessitou de apoio financeiro e político. Os centros administrativos do planeta não socorreram o tido como melhor exemplo de parceiro comercial.

Com relação ao abordado por Tokatlian (2004) e Cunha e Ferrari (2009), uma das partes afetadas pelo “novo-desenvolvimentismo” assumido pelo governo argentino se manifestou por meio de um relatório redigido pela equipe do FMI responsável em analisar as condições econômicas argentinas, em cumprimento às consultas programadas em seu estatuto. Em tal documento há a expressa oposição às políticas heterodoxas implantadas pelo ministro Roberto Lavagna.

Os técnicos responsáveis pelo relatório reconheceram a surpreendente recuperação da economia após a crise de 2001, mas chamam a atenção da vulnerabilidade do modelo adotado, além de sugerir medidas reformistas estruturais e prudência quanto às políticas econômicas praticadas. O manifesto defendia que o conjunto de ações realizadas pela equipe econômica da Argentina era inflacionárias e contra o mercado de livre comércio, e desta forma sem amparo em médio prazo. Criticam as renegociações da dívida externa com os credores internacionais, pois argumenta afugentar os investidores externos a aportar divisas no país, devido à postura do governo.

O documento ainda trazia o combate à política cambial, que mantinha artificialmente o peso entre 2,90 e 3,00 unidades de dólar, pois o intervencionismo estatal afetava a credibilidade do Banco Central perante os órgãos externos. Os autores do relatório citam o Brasil de modelo a ser seguido, devido suas políticas ortodoxas de metas inflacionárias e flexibilização da taxa de câmbio. Com relação ao ajuste fiscal, trata as medidas realizadas como insuficientes e destorcidas para alocação de recursos.

No que se refere aos controles adotados pelo governo e ao pacto estabelecido junto à comunidade sindical e industrial, no trecho abaixo se observa com clareza o repúdio por parte da comissão do FMI com relação a medidas contrárias ao livre comércio (IMF, 2005)¹²:

¹² Conforme a International Monetary Fund (IMF). Argentina. Staff Report for the 2005 Article IV Consultation. Washington, DC, 2005. (IMF Country Report, n. 05/236). Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr05236.pdf>. Divulgado em maio de 2005. Acesso em: 14 nov. 2014.

Staff emphasized that administrative controls and moral suasion would have a dampening effect on growth and would not curb underlying inflationary pressures over the longer term; indeed, they would harbor the risk of a subsequent burst of price increases.

Apesar das fortes críticas manifestadas pelas organizações internacionais, a economia apresentava resultados positivos graças à suspensão da conversibilidade e a um crescimento da indústria, já que o câmbio passou a ser protegido, gerando aumento de emprego e salário, o que incentivavam o consumo.

Ao retornar ao tema política de realismo pragmático, o país adotou duas correntes para a negociação da dívida o auxílio do Brasil e a aproximação da Venezuela como parceiros comerciais. Além disso, visando recuperar o exponencial poder perante a nação, o movimento liderado pelo novo governante estava mais relacionado à esquerda populista, que se encontrava em crescente ascensão, conforme pode ser vislumbrado nos governos de Hugo Chavez na Venezuela e de Evo Morales na Bolívia. Tais tipos de mandatos estão intrinsecamente ligados a uma proposta democrática direta e plebiscitária, buscando apoio e mobilização popular para legitimação dos atos e força para as medidas adotadas.

Em relação ao MERCOSUL, intensificou a integração produtiva para que o bloco fosse mais competitivo e possibilitou o aumento do nível de emprego à intenção dos líderes era, mediante aprofundamento da aliança, possibilitar maior integração entre a América do Sul. No auge da crise a integração com os países vizinhos era tratada como prioridade pela política externa (CORIGLIANO, 2007).

Uma forte crítica destinada à postura de Néstor Kirchner quanto às relações internacionais estava no caráter reativo assumido por seu governo, acarretando no não seguimento dos planos de estruturação formulados. Além disso, a falta de participação de ministérios e conselhos importantes no cenário nacional na análise das pautas externas acarretava na centralização das decisões nas mãos do presidente (LARRAÑAGA, 2006).

Quanto à operacionalização do governo e das políticas externas, no que tange aos credores e à relação com os Estados Unidos, o governo sempre se mostrou extremamente taxativo em afirmar que tais órgãos foram os principais responsáveis pela crise do país, mas sempre se manteve aberto ao diálogo, disposto à renegociação da dívida externa. A figura de Roberto Lavagna transmitia credibilidade e seriedade aos credores e investidores. Em suma, em 2006, após uma competente política de negociação com os credores, o governo pode anunciar o pagamento final da dívida existente junto ao FMI (VADELL, 2006).

O sucesso da ação do presidente argentino deveu-se em grande parte a questões externas excepcionais registradas na fase em que tais medidas foram propostas. Haja vista o

crescimento da demanda mundial e de recuperação do preço das commodities. Conforme Cunha e Ferrari (2006), uma avaliação da renegociação da dívida argentina não pode prescindir de uma contextualização tanto da realidade local como do cenário internacional, pois ambos o condicionaram.

Outros fatores e medidas que foram substanciais para a recuperação e o reequilíbrio da economia argentina consistem em ações um tanto quanto polêmicas e tidas como populistas, que eram traços característicos do governo Kirchner, por exemplo, estatização de algumas empresas privadas, com forte incremento do gasto público na produção de bens e serviços. Outro ponto relevante diz respeito ao incremento advindo do turismo, face à desvalorização do peso mediante outras moedas, o que gerou estímulos a países estrangeiros, como o Brasil (NEUTZLING JR., 2008).

Com tais medidas, fica clara a ação pragmática do governo no intento de restaurar a credibilidade da nação perante os agentes internacionais e reinserir a Argentina no âmbito da economia mundial. Especificamente a respeito da relação com os Estados Unidos, o presidente Néstor Kirchner sempre se mostrou contrário aos interesses de George Bush, presidente americano na época. Nos assuntos voltados à América Latina, no entanto, manteve-se pragmático a respeito de outras pautas internacionais, por exemplo, o ataque ao terrorismo e narcotráfico (CORIGLIANO, 2007).

Ainda assim, algumas questões foram pontos de tensão entre os países, a citar a aproximação política de Kirchner ao Evo Morales, as negociações da ALCA, a abstenção em condenar a violação dos direitos humanos em Cuba durante conferência da ONU, entre outros episódios de constrangimento entre as partes (CORIGLIANO, 2007).

Apesar do acima exposto, as relações bilaterais mantiveram-se estáveis. Em grande parte tal situação ocorreu devido perda de participação, em termos estratégicos, enfrentados pelos argentinos, por culpa da perda de credibilidade e força no cenário mundial, uma vez que a reativação econômica e reinserção internacional estava intrinsecamente ligada à apoio do FMI (RUSSEL; TOKATLIAN, 2004).

Quanto a outros antigos parceiros comerciais, como Espanha e Inglaterra, o governo Kirchner teve desgastes devido à negociação de tarifas, soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia e Sândwich, o que lhe afastou dessas relações sem entrar em conflito acirrado. Já no que tange à relação com os países vizinhos, a ótica foi exatamente oposta, buscou-se a aproximação e estreitamento nas relações com o objetivo de fortalecer o bloco frente a questões negociáveis junto aos países desenvolvidos e demais parceiros comerciais. A interação com o Brasil era vista como estratégica para a recuperação plena da economia

nacional, com o reestabelecimento da credibilidade internacional e a volta ao mercado financeiro externo. Quando capitais americanos e europeus fugiram do país, o Brasil assumiu o papel de maior investidor na economia argentina. Não obstante o papel estratégico, as características esquerdistas e populistas existentes no governo Lula, o qual acabara de assumir o posto presidencial, geraram uma aproximação ainda mais rápida. Além de percepções próximas em vários itens da pauta internacional, como a ALCA, na qual tais governos defendiam a implantação de tal comunidade, desde que houvesse prévia eliminação dos subsídios agrícolas por parte dos Estados Unidos (CORIGLIANO, 2007).

No decorrer dos mandatos, as similaridades e proximidade foram sendo substituídas por desconfianças no cenário diplomático e por assimetrias comerciais. Linhas de produção saíram da Argentina e passaram para o Brasil, ampliando a assimetria no comércio exportador da Argentina, representando baixo valor agregado, enquanto que as exportações brasileiras incrementaram-se em manufaturados (CORIGLIANO, 2007).

Além disso, o governo brasileiro não pode contar com o apoio dos parceiros comerciais em questões tidas pelo país como primordiais, como a inserção do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ficava nítido o descontentamento do governo argentino com relação à liderança, projeção de poder e influência no cenário regional e no âmbito internacional demonstrado pelo Brasil. Os fatos citados ilustram a instabilidade na relação bilateral e reatividade da política externa argentina no período (VANDELL, 2006).

Conforme Corigliano (2007), outras relações bilaterais estabelecidas pelo governo relevantes ao estudo, diz respeito ao caso Boliviano e Venezuelano, após as posses de Evo Morales e Hugo Chavez, respectivamente. Inúmeros tratados comerciais e uma forte veia ideológica justificam tal estreitamento, além de questões comerciais, a citar o fornecimento de Pétroleo quando do enfrentamento da crise energética e de abastecimento registradas pela argentina.

Com base no exposto, pode-se dizer que, apesar das medidas questionáveis e da postura assumida pelo presidente Néstor Kirchner, o mesmo obteve êxito no que tange à renegociação da dívida assumida devido à crise ocorrida antes de sua posse e também a respeito do início da retomada da credibilidade e da reinserção da Argentina no cenário internacional comercial. Em grande medida as condições externas favoráveis à produção de commodities argentinas e por relações estáveis e pragmáticas diante dos centros de poder e demais aliados comerciais.

Todavia, apesar de o país ser negativamente caracterizado pela descontinuidade, a administração do presidente foge de qualquer outro modelo já observado na história do povo estudado. Algumas teorizações, como o comportamento autônomo peronista e a aproximação a aliados vizinhos, já assumidos em outros períodos históricos, serviram como pano de fundo para as adoções de políticas pouco convencionais e com ações peculiares expressas pelo governo ora exposto.

O legado deixado pelo governo foram condições melhores do que as que foram recebidas quando assumiu o poder. No entanto, a desigualdade social, a concentração da renda e a debilidade econômica ainda não foram superadas. A pobreza recuou, mas o poder aquisitivo da população de mais baixa renda é limitado pela forte inflação que continuamente reaparece na economia. Apresentou uma melhora sensível no resultado da balança comercial e reservas internacionais, apesar das maciças saídas de capitais em períodos de desconfianças dos investidores externos.

Algumas inconsistências como falta de metas bem definidas, sistema fiscal precário e a apreciação da taxa de câmbio real transformou o modelo argentino em um sistema frágil e defasado para enfrentar momentos de dificuldades no cenário mundial.

O desempenho apresentado pela economia argentina a partir do novo quadro político, fora espantosamente positivo quanto ao crescimento, uma vez que vinha de um período de crise econômica e política. Este fato faz com que se façam algumas considerações quanto à recuperação da economia. Efetivamente, conforme observado nos dados da economia, o país apresentou uma inegável recuperação, mas muitos dos indicadores apresentaram resultados melhores do que aos comparados na crise. Todavia permanecem abaixo de resultados obtidos em análise a longo prazo, tendo por base os anos 1990, por exemplo.

O que se torna vital para uma análise da sustentabilidade do crescimento econômico é a consistência macroeconômica do modelo, se efetivamente o sistema financeiro e a moeda nacional recuperaram a credibilidade perante o mercado mundial. É vital buscar uma nova base produtiva, catalisando os esforços dos setores públicos e privado e relacionar os incentivos fiscais e tributários com a meta de exportação e produção.

Ainda não está assegurado se a economia não se manterá refém das oscilações das commodities, uma vez que o país se mantém calcado nas exportações desse tipo de produto. Uma nova crise poderá afetar as transformações estruturais e será possível medir a adesão popular ao novo modelo empregado. A recuperação durante o período estudado, como já exposto, se deveu em grande medida a condições externas excepcionais e ao controle da

inflação e do conflito distributivo. No entanto essas características podem ser passageiras e desta forma a trajetória do país pode ser afetada negativamente.

No cenário internacional ainda há inúmeras carências quanto ao plano de ações concretas e plausíveis, não sendo cabível atitudes objetivas apenas mediante alguma situação momentânea. Faz-se necessário um projeto mais permanente, objetivando recuperar a credibilidade e quem sabe o protagonismo perdido devido às políticas errôneas adotadas e já apresentadas.

O que sempre foi alvo de debate acerca da sustentabilidade e de crítica por parte dos opositores ao modelo empregado por Nestor Kirchner e sua equipe econômica diz respeito à manutenção de um câmbio valorizado e à política de retenções, que em um ambiente restritivo possibilitaria ao setor agropecuário perdas significativas, o qual, em última instância ainda é o setor que mantém o equilíbrio das finanças do país. Outro aspecto fortemente criticado pelos opositores e tido como ponto preocupante na política assumida pelo governo refere-se ao aumento da centralização do poder em poucos departamentos, o que fragiliza o sistema institucional do país (LARRAÑAGA, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança negativa nas condições sociais e econômicas da população Argentina registrou-se, com maior intensidade, a partir do segundo mandato de Menem (1995) tendo sido ocasionada primeiramente pela sucessão de políticas questionáveis adotadas pelo governo e também pelas condições externas desfavoráveis, vigentes na época, com o advento da crise internacional.

A partir desse momento tornavam-se mais claras as limitações do modelo econômico adotado e a estrutura produtiva precária existente no país para superar as conturbações externas. Essas restrições estão fortemente ligadas às características do regime de conversibilidade, que apresentava forte rigidez quanto a manobras viáveis para se alterar os rumos da economia.

Não se pode negar que o regime de paridade monetária com o dólar e de valorização cambial obteve sucesso no que tange a equalizar o problema principal a que fora disposto combater, reduzindo drasticamente a inflação. Todavia, acarretou uma forte dependência ao capital especulativo estrangeiro e tornou o país refém de condições exógenas favoráveis para a manutenção do sistema, além do crescente endividamento externo e os constantes déficits comerciais por meio da maciça entrada de importações baratas.

Apesar das fortes debilidades estruturais internas, não se pode suprimir a grande importância que as condições externas tiveram no surgimento da crise argentina. Diante disso, pode-se dizer que a pior crise já enfrentada pela economia argentina na história recente teve como fatores um regime interno equivocado, como também aspectos e conturbações externas que contribuíram sobremaneira para que a economia chegasse ao ponto caótico que chegou entre 2000 até 2002.

Durante esse período inúmeras pressões, atos de vandalismo e de violência nas ruas foram praticadas pela população indignada pelas ações desesperadas adotadas pelas lideranças do país, como o objetivo de tentar amenizar as consequências que a crise econômica já apresentava. Fora imposto o “corralito” na tentativa de controlar a crescente saída de reservas monetárias do país. Desta forma, após Néstor Kirchner assumir o poder, o país realizou uma forte guinada econômica, por meio de uma estratégia macroeconômica muito distinta das até então impostas pelos governos antecessores, praticando a partir deste momento medidas heterodoxas e muitas vezes populistas.

Com o fim do regime de conversibilidade, fora adotado um plano de peso desvalorizado e competitivo, em detrimento da inflação com o objetivo de incentivar o

consumo e manter o crescimento econômico acelerado. Com base nas doutrinas pregadas pelo novo-desenvolvimentismo, tido como o modelo seguido pelo presidente Kirchner, através do intervencionismo estatal se buscava a redução da desigualdade social por meio da redistribuição da renda. No ideário do novo-desenvolvimentismo o crescimento econômico é fundamental, mas incapaz de por si só resolver os problemas de desigualdade, sendo vitais políticas sociais de melhoria nas condições educacionais da população, para a capacitação profissional, e de melhoria nas condições de vida da população.

Ao dar enfoque às ações tomadas em âmbito internacional, verifica-se uma aproximação dos países vizinhos. Todavia, essa linha de pensamento não pode ser seguida integralmente devido às condições extrínsecas e pela estrutura de dependência criada pelos modelos anteriores. Assim, o governo de Néstor Kirchner teve de adaptar seu planejamento inicial com o objetivo de negociar com os credores, que em sua grande maioria eram as grandes potências, além disso, dependia de uma boa relação com os países desenvolvidos para retomar a credibilidade perante o mercado internacional.

Apesar das dificuldades enfrentadas, as políticas pouco convencionais adotadas pelo governante resultaram em índices concretos e muitos positivos quanto à recuperação da economia, salientando o ótimo resultado obtido com relação à renegociação e à reestruturação da dívida externa.

Com relação às melhorias em alguns índices econômicos e sociais, não resta a menor dúvida de que no governo de Néstor Kirchner atingiu-se um resultado muito melhor do que o apresentado por seus antecessores. Entretanto, para alguns autores é impróprio assegurar que o país alcançou um período de desenvolvimento.

Alguns especialistas alertam para o aspecto de que a relativa recuperação econômica obtida pela economia argentina foi alcançada em cima de dados muito negativos, devido à forte crise que antecedeu o Governo Kirchner. Tal argumentação se baseia no fato de que, mesmo obtendo taxas de crescimento muito positivas, ainda assim o país encontra-se longe do patamar já vivenciado em épocas distantes, quando ainda era considerado um exemplo de homogeneidade social.

Deixando de lado as divergências quanto aos resultados obtidos durante o período em que Néstor Kirchner esteve no poder no que tange às questões sociais e econômicas, o legado deixado para o próximo presidente, que acabou se consagrando no pleito de 2007 sua esposa, Cristina Kirchner a nova presidenta argentina, foi um país que ainda registrava um nível de concentração de renda muito desigual. Durante o mandato de Néstor Kirchner a economia apresentou uma forte recuperação, mas ainda há dúvidas quanto ao fôlego que as medidas

adotadas podem possibilitar ao crescimento e à sustentação necessária para alcançar um patamar superior e mais significativo.

No âmbito externo, deixou para a Presidenta um país que conseguiu superar a dívida externa por meio de um plano bem executado e contando com condições muito favoráveis, como o crescimento das economias em geral e o aumento dos preços das commodities no mercado internacional. No entanto, o país anseia alcançar novamente credibilidade junto ao cenário mundial, tentando ainda recuperar o protagonismo internacional perdido após sucessivos anos de políticas inadequadas.

Com base no que fora exposto, compete à Presidenta Cristina Kirchner superar as desavenças com seus parceiros comerciais visando retomar o ativismo e protagonismo no âmbito mundial e regional, ampliando sua atuação nos mercados externo e nas relações multilaterais. Como objetivo mais desafiador, a nova Presidenta terá de manter o crescimento da economia com maior equidade e melhor distribuição de renda tendo como agravante uma inflação crescente, que deverá ser mais fortemente combatida nesse novo momento do país.

REFERÊNCIAS

- ARANDA, R. A. La Política Exterior Argentina: de Menem a Kirchner. Instituto para la Integración y el Desarrollo Latinoamericano (IDELA/UNT). Buenos Aires, 2004.
- ARGENTINA^a. Ministério de Economia. Secretaria de Hacienda.
- ARGENTINA^b. Secretaria de Política Económica. Dirección de Gastos Sociales Consolidados.
- ARGENTINA^c. Ministerio de Economía y finanzas de La Nación
- BATISTA Jr., P. Argentina: uma crise paradigmática. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-96, jan./abr. 2002.
- BECKER, J. El Golpe Del Capital: La crisis financieras em El Cono Sur y sus salidas. Coscoroba Ediciones. Montevideo, 2005.
- BELLO, Teresinha da Silva. Algumas considerações sobre a crise argentina. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 2, n. 30, p.251-296, set. 2002.
- BERNAL-MEZA, R. Sistema mundial y MERCOSUR: Globalizacion, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo. 2004. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. 2006. Versão disponível: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf> Acesso em: 15 nov. 2014.
- BUSTOS, P. Argentina: volver a empezar, uma vez más. Jornal dos Economistas. São Paulo: Corecon-SP. P.11, 2001.
- CABRAL, J. P. C.; BURGINSKI, V. M. Desemprego e Informalidade na Argentina: uma análise das diretrizes e recomendações da OIT e da Cepal para geração de trabalho e renda à população juvenil. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 227-p.243, 2011.
- CERVO, A. M. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, n. 2, 2000.
- CORIGLIANO, F. Desafíos para La política exterior argentina a partir Del 2008. Boletín Del Instituto de Seguridad Internacional y Asuntos Estratégicos (ISIAE). Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI). Buenos Aires, nº43, p.5-6, out.2007.
- CORIGLIANO, F. La posición Del gobierno de Kirchner em La Cumbre de las Américas 2005: um balance preliminar. Boletín Del Instituto de Seguridad Internacional y Asuntos Estratégicos (ISIAE), Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) nº 37. Buenos Aires, p.1-3,dez.2005.

CUNHA, A.; FERRARI, A. A Argentina em dois tempos: da conversibilidade à reestruturação da dívida. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 269-298, maio/ago.2006.

CUNHA, A; FERRARI, A. A Argentina depois da Conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimento? Revista de Economia Política, v.29, p. 3-23. Porto Alegre, 2009.

Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/25150.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

ETGES, Ricardo Tonding. A TENTATIVA DE REERGUIMENTO APÓS A QUEDA: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO NÉSTOR KIRCHNER NA ARGENTINA (2003-20007). 2009. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FANELLI, J. Crecimiento, inestabilidad y crisis de La convertibilidad en Argentina. Revista de La Cepal, Buenos Aires, n. 7, p. 25-45, 2002.

FERNANDES, Vinícius Betsur Alvarenga. ARGENTINA: CRISE E RECUPERAÇÃO. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.1-2, nov. 2003.

FERRARI, A. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. Textos para discussão, UFRGS FCE DECON, Porto Alegre, n. 16, p. 1-26, dez. 2005.

FERRER, A. A economia Argentina. São Paulo: Campus/Elsevier, 2006. 305p.

FRAGA, R. Argentina acredita ser mais importante do que realmente é. Valor Econômico, São Paulo, p.A-10. 14 abr.2002.

FRENKEL,R.; DAMILL, M. Las políticas macroeconómicas en la evolución reciente de la economía argentina. Nuevos Documentos Cedes, Buenos Aires, n.65, p.1-89, 2009.

HEYMANN, D.; KOSAKOFF, B. La Argentina de los noventa. Desempeño económico em um contexto de reformas. Tomo I. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

KATZ, C. Coyuntura, modelo e distribución: las tendencias de la economía argentina. 2007.

KRUGMAN, P. Cruz de dólares. O Globo, p.36. 8. dez. 2001.

LARRAÑAGA, F. A. A política externa da República Argentina do Presidente Nestor Kirchner. Ribeirão Preto, Simposio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP, 2006.

LENZ, M. H. Crescimento Econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: A Belle Époque. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

LOPES, H. C. Neoliberalismo e crise na economia argentina: algumas constatações sobre os anos 1990 a 2000. Cadernos de Economia, Chapecó, v.33, n.17, p.17-34, dez.2013.

NEUTZLING JR., J. Argentina: Crise e ressurreição. Revista de Administração PUCRS, Vol. 19(1), p.4, 2008.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Propuestas para una política de trabajo decente y productivo para La juventud argentina. Oficina Regional para América Latina y el Caribe de la OIT. Lima, 2008

PALACIOS, A. Corralito: Há dez anos a Argentina entrava no caos social, político e financeiro (uma década de “El Colapso” parte 3). 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/corralito-ha-dez-anos-a-argentina-entrava-no-caos-social-politico-e-financieiro-uma-decada-de-el-colapso-parte-3/>>. Acesso em: 15.nov.2014.

PEREIRA, J. M. A conexão entre a crise política e econômica na Argentina e o fracasso das políticas de corte neoliberal na América Latina. Revista de Administração Mackenzie, Vol. 3(1), p.115, 2002.

PEREIRA, J. M. Políticas Neoliberais e Governabilidade: Comparação entre a crise político-econômica da Argentina e do Brasil. Revista de Administração FACES Journal, Vol.1 (2), 2002.

PÉREZ, P. E.; FÉLIZ, M. La crisis económica y sus impactos sobre la política de empleo e ingresos en Argentina. Ser Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, Universidade de Brasília, 2010.

PRESSER, Mário Ferreira. A Argentina e o FMI: Uma nota sobre as negociações. Economia Política Internacional: Análise Estratégica, Campinas, v.1, n.6, p.36-39, set. 2005, trimestral.

RUSSEL, R.; TOKATLIAN, J. A crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares. Revista Contexto Internacional, Vol. 26(1), p.107, 2004.

SEVARES, J. La política exterior argentina y el ALCA. 2004. Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas – FISYP. Texto completo em <<http://fisyp.rcc.com.ar/4.Sevares.pdf>>. Acesso em: 15.nov.2014.

STEINBRUCH, B. A Argentina já pagou caro demais. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 abr.2002.

STIGLITZ, J. Por que um país que seguiu as regras se desintegrou. RelNet – Relatório Especial, n.38, maio.2002. Disponível em: <<http://relnet.com.br>> Acesso em: 15.nov.2014.

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro 9. ed. Zahar, 1981.

TINI, M. N.; PICAZO, M. N. Reflexiones sobre el Modelo de inserción. Centro Argentino de Estudios Internacionales – Programa Política Exterior Argentina. Buenos Aires, 2007.

TOKATLIAN, J. G. Hacia una Nueva Estrategia Internacional. Buenos Aires : Grupo Editorial Norma, 2004.

VADELL, J. A. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília. Jan-Jun, 2006

VALLE-FLOR, Maria Amélia. A Crise Argentina Cooperação e conflito nas reformas económicas: o Governo perante o FMI. Centro de Estudos Sobre A África e do Desenvolvimento: Coleção Estudos de Desenvolvimento, Lisboa, v. 8, n. 1, p.2-78, dez. 2005.

WORLD BANK (2000) Global Development Finance, 2000. Washington, DC: World Bank